



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Urbanização e Sociabilização: controlo colonial ou resistência nacionalista? (1961-1974)

Ngombo Afonso Calemba

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Departamento de História

Urbanização e Sociabilização: controlo colonial ou resistência nacionalista? (1961-1974)

Ngombo Afonso Calemba

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

AGRADECIMENTOS

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à Prof.^a Doutora Maria João Vaz pelas sugestões e críticas pertinentes, num trabalho que apresentava contornos pouco definidos, assim como a confiança e a força oferecidos nos momentos que pensei em desistir.

Agradeço os meus colegas de turma, mesmo estando ausente da sala pelo confinamento forçado pela COVID-19, mantiveram um espírito de união e solidariedade.

Estou, igualmente, grato a todos meus colegas e companheiro do Núcleo dos Amigos de História, especialmente ao Andrade Nzagi, David Teixeira, Esmeraldo Gunza, Francisco dos Santos, Irineu dos Santos, Miguel Cassinda, César Jurante, pela disponibilidade em ouvir-me, pelas suas reflexões e críticas, que contribuíram tanto para o aperfeiçoamento da linha de pesquisa.

Como sempre não podia deixar de agradecer às várias bibliotecas de Luanda que tenho recorrido, desde a monografia da licenciatura, onde sempre conto com a disponibilidade dos respectivos profissionais. Agradeço aos funcionários da Biblioteca Municipal de Luanda, da Biblioteca Nacional de Angola, do Arquivo Nacional de Angola e o Arquivo Histórico Ultramarino.

RESUMO

A presente dissertação inscreve-se no quadro da história social e do lazer de Angola, assim como da história conectada. Pretende analisar o cotidiano dos habitantes dos chamados bairros indígenas de Luanda, no período entre 1961 e 1974. A intenção dessa proposta é trazer uma abordagem e tema diferente dos geralmente mais conhecidos e analisados para este período, que privilegiam a guerra contra a potência colonizadora, uma guerra de libertação para a obtenção da autodeterminação e da independência. Trata-se de olhar, essencialmente, a vida social dos angolanos que não se alistaram nas fileiras dos diferentes movimentos de libertação de Angola. Sendo que, se por um lado, a partir de 1961 a guerra era incontornável, com os ataques de Fevereiro e Março do mesmo ano, por outro lado, a vida social em Luanda prosseguia. Assim, esta proposta centra-se na análise do processo de urbanidade dos bairros de Luanda e sociabilidade dos seus habitantes, procurando entender as condições existentes para se ter acesso às casas, como se relacionavam com os brancos e os outros grupos negros, o tipo de trabalho que exerciam, as principais atividades de lazer, as músicas, as festas, os espaços recreativos, como o cinema e o teatro, os bailes dos finais de semana e o desporto.

Palavras-chave: Luanda, bairros indígenas, urbanidade, sociabilidade, controlo, resistência.

ABSTRACT

The present dissertation is part of the social and leisure history of Angola, as well as the connected history. It intends to analyze the daily life of the inhabitants of the so-called indigenous neighborhoods of Luanda. The intention of this proposal is to bring a different approach to the one known in this period, which is the liberation war, but to essentially look at the social life of Angolans who did not enlist in the forces of the different liberation movements in Angola. Since, on the one hand, from 1961 the war was unavoidable, with the attacks of February and March of the same year; on the other hand, social life in Luanda continued. Thus, this proposal is centered on the process of urbanity in Luanda's neighborhoods and on the sociability of the inhabitants, seeking to understand the conditions for gaining access to houses, how they related to whites and other blacks, the type of work they performed, how main activities and dances on weekends and evenings such as: sports, music, parties, recreational spaces, cinema, theater, etc.

Keywords: Luanda, indigenous neighborhoods, urbanity, sociability, control, resistance.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ANGOLA NO ÚLTIMO PERÍODO COLONIAL: DA ABERTURA ECONÓMICA À LIMITAÇÃO SOCIAL	7
1.1. A situação política da colónia de Angola no terceiro quartel do século XX	7
a) O processo dos 50.....	9
b) A revolta dos trabalhadores da Cotonang na Baixa de Kassange.....	10
c) O ataque à Casa de Reclusão Militar.....	12
d) A noite sangrenta de 15 de Março.....	13
1.3. Da (des) igualdade económica à segregação social	16
CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DOS BAIRROS INDÍGENAS PARA OS BAIRROS POPULARES DE LUANDA	21
2.1. O crescimento da população urbana de Luanda	21
2.2. Luanda: a cidade dividida entre negros, mestiços e brancos ou uma miscigenação?	23
2.3. Novos bairros de Luanda: a quem pertencem?	27
2.4. Bairros indígenas e populares: controlo colonial ou resistência dos nacionalistas?	42
CAPÍTULO 3 – DA URBANIZAÇÃO À SOCIALIBILIZAÇÃO: A INTERAÇÃO LABORAL E SOCIAL NOS BAIRROS POPULARES DE LUANDA NO INÍCIO DA GUERRA COLONIAL	46
3.1. A insurreição de Luanda e as notícias da fronteira.....	46
3.2. Da chegada dos sobreviventes à agitação e o medo em Luanda	48
3.3. Trabalho, lazer, festas e noites em Luanda: a coabitação entre colonizadores e colonizados após os acontecimentos de 1961	50
3.4. A acção psicossocial das autoridades administrativas.....	53
3.5. A mentalidade imaginada nos bairros indígenas de Luanda.....	55
3.6. A música popular Luandense e as associações dos bairros indígenas	56
CONCLUSÃO	59
FONTES e BIBLIOGRAFIA	61

INTRODUÇÃO

O terceiro quartel do século XX, em Angola, enquanto uma província do império português, foi marcado por uma série de factos e acontecimentos de carácter político, económico e social. Os dois últimos aspetos têm sido pouco referenciados na historiografia angolana. Porém, ambos, tiveram um papel importante neste período para os colonizadores e para os colonizados, uma vez que, no plano económico foi o período de introdução dos vários Planos de Fomento que dinamizaram a industrialização de Angola e a novos regulamentos para a construção dos vários bairros indígenas pelo Gabinete de Urbanização Colonial. No âmbito social foram aprovados um plano de desenvolvimento e expansão do sistema de ensino para toda a colónia e o suposto fim do estatuto discriminatório, que favoreceram a mobilidade social no seio dos colonizados, com maior relevância em Luanda¹.

Neste quartel, em Luanda, havia as zonas suburbanas, nomeadamente Sambizanga, Marçal, Rangel e outras, onde viviam as populações mais desfavorecidas e discriminadas, que eram em alguns casos impedidas de frequentar os mesmos bares, restaurantes, salas de cinemas frequentado por brancos e negros com estatutos privilegiado. Por outro lado, verificamos que muitos negros viviam com os brancos nos bairros chamados de indígenas, que sofreram várias alterações. Nesse sentido, o trabalho da dissertação que aqui se apresenta procurou compreender o processo de urbanização e sociabilização dos bairros indígenas de Luanda, do ponto de vista do cotidiano e lazer.

O nosso trabalho tem como interesse a análise e compreensão das motivações que levaram a administração colonial portuguesa a construir os bairros indígenas. A proveniência dos financiamentos, as condições necessárias para obter uma residência e as principais atividades de recreação e de lazer predominantes nestes espaços sociais. A baliza cronológica de 1961 a 1974, justifica-se pelo facto de o primeiro limite corresponder ao início da guerra colonial, que alterou a estrutura política e social da colónia, enquanto o segundo momento corresponde à Revolução dos Cravos que precipitou o fim da guerra colonial e, novamente, mudou a forma de estar e o comportamento dos habitantes da então ainda colónia portuguesa.

Quanto às razões que estiveram na base da escolha desse tema eles são tanto de âmbito social, como académico. Do ponto de vista social, é importante abordar o tema na medida em

¹ NETO. Maria da Conceição, «Angola no Século XX até 1974», in: *O Império Africano Séculos XIX e XX*, coord. de Valentim Alexandre, 3.^a Edição. Lisboa: Edições Colibri, 2013. p.191.

que nos possibilita a compreensão de outros factos pouco evidenciados pela historiografia angolana, no sentido em que para este período são mais conhecidas as individualidades que estiveram directamente ligadas ao processo de luta pela descolonização; do ponto de vista académico decidimos nos desafiar a estudar um campo da História pouco abordado pela academia em Angola, que é o campo da História Social e Cultural, em especial procurar entender as causas que levaram os historiadores a limitarem o estudo sobre a ação da influência do nacionalismo angolano apenas a Luanda, concretamente nos bairros indígenas e suburbanos.

Durante o processo de investigação da temática levantámos várias inquietações sobre o processo de urbanização de Luanda, a construção dos bairros indígenas e a sociabilidade nos mesmos bairros. De modo a nortear a nossa análise, levantámos uma problemática central que norteou a nossa pesquisa: que relações sociais e de poder se estabeleceram entre os habitantes dos bairros indígenas de Luanda, durante a guerra de independência?

Sendo a cidade e os seus espaços urbanos, um lugar privilegiado para práticas das relações sociais e de poder entre pessoas de diferentes origens e estratos sociais, os bairros indígenas de Luanda não fugiram à regra. Entretanto, pensamos que não seria possível encontrar hipóteses sobre a questão levantada se não nos questionássemos sobre a finalidade da construção dos bairros indígenas.

As primeiras fontes consultadas mostraram-nos os interesses coloniais em afastar os negros do centro das cidades e em os colocar nos arredores das cidades. Porém, à medida que fomos avançando com as leituras percebermos que a intenção era controlar as mentes mais lúcidas da colónia, dando-lhes qualidade de vida, desporto e lazer. Também encontramos relatos de que estes territórios serviram de base para os nacionalistas fazerem crescer a sua causa, partindo do princípio de que muitos nacionalistas eram provenientes desses bairros. Há também relatos de que esses bairros serviam de promoção à resistência contra a colonização.

Essa dupla perspectiva remeteu-nos ao objetivo central, que visa compreender como coabitavam os colonizadores e colonizados, as relações entre colonizadores e colonizados, sabendo que existiam brancos independentistas, assim como entre os colonizados, podemos encontrar negros que eram contra a descolonização nos bairros indígenas de Luanda, num período de fortes tensões entre ambos os lados, dado o início da guerra de libertação. Interessante é também verificar o momento em que se deu essa troca de perspectiva, tanto mais que eram habitantes de origens, motivações e interesses diferentes.

Vale a pena referir que a historiografia existente sobre a segunda metade do século XX em Angola tem-se limitado a fazer uma abordagem sobre os movimentos e guerra de libertação. Embora, reconhecemos que há um esforço por parte de muitos historiadores em olhar o período do ponto de vista cultural, considerando a música, o desporto e as artes, porém, sobre o processo de urbanização e sociabilização de Angola, no geral, e de Luanda, em particular, a historiografia angolana é muito pobre.

1. Estado da Arte

A nossa proposta pretende trazer do ponto de vista temático a discussão, até agora pouco considerada pelos historiadores, sobre as áreas sociais e do lazer. Pelo facto de se tratar de um trabalho académico, procuramos fazer um enquadramento com a literatura existente sobre o tema. Neste âmbito, não podíamos deixar de mencionar a interessante tese de Juliana Bosslet que olhou, essencialmente, para a maneira pela qual as populações marginalizadas, política, social e economicamente, pelo sistema colonial português construíram e reconstruíram vínculos, de modo a responder às circunstâncias vividas nos bairros de Luanda, em geral². Nesse período, segundo M'bokolo, havia um florescimento das ideias elaboradas e produzidas pelas elites intelectuais africanas, a partir dos anos cinquenta e sessenta, que encontravam nas cidades um terreno fecundo de experimentações, de inovações, de sociabilidade e afirmação³. Ainda, conforme M'bokolo, não era por acaso que os colonizadores multiplicaram as tentativas de enquadramento e as medidas de controlo. Foi nesse contexto de controlo que, pensamos, as autoridades portuguesas começaram a projetar e a construir os bairros indígenas com essa finalidade.

Por outro lado, se olharmos para as condições demográficas de Luanda, logo se percebe que fazia sentido as autoridades construírem os bairros indígenas para melhor controlar a população. A densidade populacional de Luanda, de acordo com estatísticas do censo realizado em 1960, era já considerável. Em 1950, Luanda contava com uma população estimada de 200 mil habitantes e com uma densidade populacional de 12,7 hab/km². Esta estimativa foi revista no ano seguinte, determinando-se uma densidade populacional de 11,3 hab/km², sendo em

² BOSSLET, Juliana Cordeiro de Farias. *A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975)*, Dissertação de Programa de Pós-graduação, Niterói, Fluminense, 2014, pp. 16-117

³ M'BOKOLO, Elikia, *África Negra: história e civilizações do século XIX aos nossos dias*, Tomo II, Lisboa: Colibri, 2007, pp. 586-597.

Angola a terceira província mais densa, perdendo para Benguela, com 12,6 habs/km², e para o Huambo com 20,0 habs/km²⁴.

Na segunda metade do século XX, as zonas menos exploradas de Luanda foram alvo de intervenções urbanas, que impunham o controlo do espaço rural, contando com áreas de cultivo para abastecer a população e onde já se identificavam alguns *musseques* e algumas casas de recreio pertencentes à população mais abastada, dispersas nessas hortas. Dessas intervenções, nascem os bairros das Ingombotas, Kinaxixe e Maculusso. Porém, essa população era maioritariamente branca⁵.

Este olhar ajuda-nos a perceber a intenção das autoridades coloniais, porque põe em causa a ideia de uma imagem de divisão, chamada por Bittencourt como “congelada”. Segundo este estudioso, essa tendência posicionaria, no cotidiano da vida colonial, brancos de um lado e negros de outro. Este autor realça ainda que uma percepção como esta não tem em consideração a existência de brancos pobres, que viviam nos mesmos bairros que os negros “indígenas”, ou ainda a presença de um número razoável de mestiços⁶.

Para Bosslet, a prática de transferência de negros e mestiços para áreas menos valorizadas começou com as expropriações, desde os anos de 1940, das residências dos moradores do bairro das Ingombotas, por anos ocupado pela classe média africana, para atender às necessidades de urbanização e ao crescimento da população branca em Luanda. Justificavam as expropriações em nome do saneamento urbano, levando a que pessoas negras fossem tiradas de suas residências e transferidas para locais distantes. Segundo Mourão, os bairros indígenas surgem em função do aumento da população branca, que durante esta fase do século XX cresceu consideravelmente⁷, havendo, por isso, a necessidade em transferir os africanos para outras localidades, uma vez que esta população africana tinha alguns privilégios pelo estatuto que possuíam.

⁴ MARQUES, Walter. *Problemas do Desenvolvimento de Angola, A) Estrutura Social, Junta de Desenvolvimento Industrial*, Luanda, 1965, p.39

⁵ *Ibidem*.

⁶ BITTENCOURT, Marcelo, «*Jogando no campo do inimigo. Futebol e luta política em Angola*», Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano. Org. de Augusto Nascimento. Apicuri: Rio de Janeiro, 2010, pp. 8-9.

⁷ MOURÃO, Fernando A. Albuquerque. «Profissões e toponímia na Luanda antiga». In: *Actas do III Encontro Internacional de História de Angola*, Vol. II, Arquivo Nacional de Angola, Luanda, 2015, pp. 197-199.

Ora, as questões que levantámos anterior ganharam, agora, alguma pertinência acrescida, pelo facto de verificarmos algumas ambivalências quanto à finalidade da construção dos bairros indígenas. Entretanto, é importante dar atenção à perspectiva de M'bokolo sobre a questão de controlo das populações africanas, pelo facto de estarem a florescer os pensamentos dos intelectuais africanos, tanto em África, como na diáspora, o que possibilitou encontrar nos bairros indígenas o ambiente propício para a formação do nacionalismo angolano dentro de um imaginário social.

2. Metodologia e fontes

O estudo da temática que propusemos analisar parece-nos viável nas condições propostas, visto que havia possibilidades de acesso às fontes primárias e à literatura produzida sobre o assunto, embora esta fosse escassa. Assim, ao nos situarmos no centro da pesquisa que realizamos, sobre as relações sociais e de poder nos bairros indígenas de Luanda, fizemos recurso a várias fontes quer primárias, quer secundárias, nomeadamente os regulamentos dos bairros indígenas, recortes da imprensa, fotografias dos bairros, editais dos periódico e obras historiográficas.

- Fontes de arquivo: nas fontes de arquivos encontramos vários documentos como regulamentos dos bairros que nos permitiram ler e reler nas entrelinhas as informações com a finalidade de perceber os contornos da construção dos bairros indígenas; nos relatórios encontramos as discrepâncias entre as faturas apresentadas pelo Gabinete de Urbanização Colonial, a Comissão Administrativa de Luanda e os vereadores, alguns documentos avulsos que nos mostraram os decontentamentos dos brancos de Angola reivindicando melhores condições face a situações precárias vividas.
- Fontes de imprensa: as edições de jornais como *A Província de Angola*, *O Diário de Luanda*, *A Tribuna de Luanda*, *O Notícia* e *O Apostolado* permitiram-nos perceber o cotidiano de Luanda, pois surgiam relatos no noticiário do dia-a-dia destes jornais.
- Obras literárias e músicas produzidas na época: estes elementos possibilitaram-nos entender o pensamento endógeno dos angolanos que viviam nos bairros, as principais atividades por eles praticada, assim como a actuação das forças de segurança da administração colonial relativamente a estas pessoas e as suas atividades.

A técnica de entrevista relevou-se muito profíqua pelo facto de conseguir inúmeras informações com o entrevistado. Informações que não foi possível cruzar com outros

entrevistados, porque não estavam interessados em prestar os seus testemunhos sobre os factos daquele período. No entanto, com a crítica da sinceridade aplicada ao entrevistado e a partir do cruzamento com as fontes dos jornais, conseguimos averiguar a relativa veracidade dos factos revelados. Lançamos o repto de continuar a procurar a confirmação dos factos relatados.

Por outro lado, pensamos que para temática em estudos seria importante uma investigação que recorresse à interdisciplinaridade, em particular que fizesse recurso dos estudos da Antropologia Urbana, a qual se revelou muito útil para podermos perceber o processo de sociabilização nos bairros de Luanda.

A fim de organizar o que anunciámos anteriormente, o presente trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro capítulo, “Angola no último período colonial: da abertura económica à limitação social”, procurou analisar os aspectos exógenos e endógenos que estiveram na base das diferentes transformações que o território sofreu. Desde a repressão política, de um lado, as reformas políticas, sociais e culturais, por outro lado. Em outras instâncias, a política colonial dinamizou o projecto de urbanização das cidades africanas, em particular no caso de Portugal que pretendia evitar a insurreição, promover a identificação com a nação pluricontinental portuguesa com a promoção de uma agenda social de recreação para os angolanos que viviam nos centros urbanos.

No segundo capítulo, “O processo de transição dos bairros indígenas para os bairros populares de Luanda”, centramos a análise nos projectos de urbanização dos bairros de Luanda, principalmente nas motivações para a construção dos referidos projectos, as diferenças existentes entre os diferentes bairros construídos no mesmo período. Da mesma forma, demonstramos como ocorreu o processo de controlo e resistência nos bairros indígenas de Luanda.

No terceiro e último capítulo, “Da urbanização à sociabilização: a interação laboral e social nos bairros populares de Luanda no início da guerra colonial”, dedicamo-nos a entender a coabitação entre os colonizadores e colonizados, entre colonizados e colonizados, brancos, mestiços e negros oriundos de várias partes inseridos num único espaço social e num período de fortes tensões entre ambos, dado o início da guerra de libertação, o forte policiamento das autoridades e o controlo das informações pela PIDE que acabou por tornar Luanda uma cidade dualista, triste e alegre, doce e amarga.

CAPÍTULO 1 – ANGOLA NO ÚLTIMO PERÍODO COLONIAL: DA ABERTURA ECONÓMICA À LIMITAÇÃO SOCIAL

A Segunda Guerra Mundial trouxe várias consequências incalculáveis aos países beligerantes, assim como repercussões aos países não envolvidos directamente, mas indirectamente implicados. O fim da guerra possibilitou a articulação de uma resistência multifacetada contra o colonialismo, impulsionada pela descolonização que se havia iniciado no continente asiático e depois transitou também para o africano.

Com isso, os países colonizadores procuraram usar diversos métodos, algumas vezes contraditórios, dentre os quais destacam-se os seguintes: repressão política, de um lado, e reformas políticas, sociais e culturais, por outro lado. Em outras instâncias, a política colonial dinamizou o projecto de urbanização das cidades africanas, no caso particular de Portugal que pretendia evitar a insurreição, promover a identificação com a nação pluricontinental portuguesa, com a promoção de uma agenda social de recreação para os angolanos que viviam nos centros urbanos.

O terceiro quartel do século XX da historiografia angolana é muito fértil, pelo facto de ser o período em que ocorreram várias transformações quer nas políticas da administração colonial, com a “Provincialização” das terras além-mar, em 1951, a implementação dos Planos de Fomentos e a abolição dos Estatutos de Indigenato, quer para os angolanos, com a criação e consolidação dos movimentos independentistas, a consciencialização generalizada para a contestação e a independência de Angola.

1.1.A situação política da colónia de Angola no terceiro quartel do século XX

O período compreendido entre 1950 e 1975 marca a História política, social e cultural de Angola por uma série de factos e acontecimentos que definiram a Angola dos anos posteriores. Trata-se, por um lado, do período da fundação dos movimentos de libertação de Angola, a tomada de consciência por parte dos nacionalistas, que começaram a compreender a necessidade de lutar, facto que desencadeou uma resistência generalizada, com atividades culturais, e, por outro lado, é a fase em que administração colonial não somente esmagou as rebeliões com violência, como também aumentou a repressão contra todas as atividades

políticas, reais ou suspeitas, tanto nas cidades como nas aldeias⁸, com a proibição de qualquer tipo de manifestações, quer seja política ou cultural. A título de exemplo, podemos falar dos grupos de pessoas organizados, com diferentes objetivos, que foram obrigados a terminar as suas atividades nesta altura.

As transformações políticas ocorridas no terceiro quartel do século XX em Angola foram notórias, embora tenham começado muito antes. As políticas coloniais começaram a ser alteradas de modo célere na segunda metade dos anos 50, em função dos acontecimentos internacionais que tinham suas causas nas consequências da Segunda Guerra Mundial. Entre esses elementos destacamos a Conferência de Manchester (1945), a guerra da Argélia, que teve início em 1954, a Declaração do Movimento dos Não-Alinhados na Conferência de Bandung (1955), as primeiras independências africanas entre 1957 e 1958 e que ressoaram inevitavelmente em territórios ultramarinos, com especial realce para os angolanos.

Vale a pena salientar a constatação de Pedro Oliveira, ao considerar que a adesão de Portugal à Organização das Nações Unidas (ONU), em Dezembro de 1955, permitiu atribuir ao regime de António de Oliveira Salazar alguma atenção a nível internacional. Se até à data a política colonial exercida pelo Estado Novo passava despercebida, a partir da sua admissão na ONU permitiu granjear alguma visibilidade em fóruns de destaque internacionais, passando a ser um dos alvos dos críticos do colonialismo⁹, assim como um escudo dos independentistas¹⁰.

Quando em 1955, em África, apenas cinco Estados eram independentes, entre 1959 e 1961 tornaram-se independentes mais 24 novos estados, com o advento do Ano de África, em 1960, por muitos assim considerado, uma vez que aí 18 novos países se tornaram independentes. Em finais de 1962, já existiam em África 36 estados independentes, aos quais correspondiam a 87% da superfície e 93% da população do continente¹¹.

⁸MOORMAN. Marissa Jean. «Semba é Nossa Bandeira»: música e nação em Angola, 1961-1974» in: Arquivo Nacional de Angola (coord.), *Actas do III Encontro Internacional Sobre História de Angola*, Luanda, Editor: A.N.A, 2015, p. 634

⁹OLIVEIRA. Pedro Aires de. *Os despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1946-1975*, Tinta da China: Lisboa, 2007, pp. 178-184

¹⁰Petição a favor da independência de Angola na 16.^a Assembleia Geral das Nações Unidas, apresentada pelo Emanuel Kunzika, no dia 24 de Novembro de 1961. In: EMANUEL. Kunzika. *A formação da nação angolana: através da luta de libertação*, Luanda: Platano, 2015, p. 153.

¹¹MATEUS. Dalila Cabrita & Mateus. Álvaro, *Angola 61- Guerra Colonial: Causas e Consequência*. 2.^o Edição, 2011, pp.19 - 20

Até ao último trimestre de 1960, tinham assento na Assembleia-Geral das Nações Unidas 119 países, sendo que a África era o continente com o maior número de representantes¹².

O artigo 73.º da Carta das Nações Unidas estipulava que os países membros tinham o dever, perante as colónias de «*desenvolver o respectivo autogoverno, tendo em devida consideração as aspirações dos povos e assisti-los no progressivo desenvolvimento das suas livres instituições*». Mas Portugal escusava-se a fornecer informações, como estabelecia o citado artigo, argumentando que as suas províncias ultramarinas não eram colónias¹³, porque ainda vigorava o regime que discriminava cultural e racial os nativos e assimilados¹⁴.

Por isso, importa referir que embora houvesse uma grande influência externa, a génese da resistência dos angolanos contra o regime colonial não pode ser encontrada fora do sistema colonial, como afirmou Laurindo Vieira, ou seja, a violenta forma de ocupação por parte dos portugueses, a humilhação sofrida, a escravatura, a servidão e todas as formas deploráveis a que estiveram sujeitos os angolanos, alimentaram o ódio contra as formas de exploração em que viveram durante vários séculos e criaram em si o desejo de Independência¹⁵. Ou seja, quanto mais se oprimia, mais laços de solidariedade eram fortalecidos entre os angolanos¹⁶.

Esse desejo impulsionou o nacionalismo angolano, com a criação de várias forças políticas na década 1950, como é o caso da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), o Movimento para a Independência de Angola (MIA), o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA), o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o Partido Comunista Angolano (PCA), o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA) e o Movimento Popular de Libertação Ampla de Angola (MPLA). A formação e a união destas organizações fizeram acontecer quatro factos políticos de grande realce que marcaram a História de Angola no período que antecedeu à independência.

a) O processo dos 50

Segundo Maria do Carmo Medina, denominou-se “Processo dos 50” a um conjunto de três processos políticos que se iniciaram a 29 de Março de 1959, com a prisão de vários

¹² *Idem*

¹³ *Ibidem*

¹⁴ VIEIRA, Laurindo. *Angola: a dimensão ideológica da educação (1975)*. Luanda: Nzila, 2007, pp. 41-42.

¹⁵ *Idem*, pp. 60-61.

¹⁶ BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*, Luanda: Kilombelombe, 2008, pp. 66-67.

nacionalistas angolanos, terminando em 24 de Agosto do mesmo ano com as últimas prisões. Deve-se este nome ao facto de Joaquim Pinto de Andrade ter enviado para o seu irmão que vivia no exterior, Mário Pinto de Andrade, um folheto denunciando a prisão de mais de 50 nacionalistas¹⁷.

A denúncia internacional destas prisões deu a conhecer ao mundo o que se passava em Angola, desmascarando as verdadeiras intenções da PIDE (Policia Internacional e de Defesa do Estado), que eram as de abafar e impedir que as prisões fossem de conhecimento internacional, evitando explicações pouco abonatórias para o regime de Salazar¹⁸.

O conhecimento das prisões dos 57 nacionalistas alertou várias pessoas, ligadas ao movimento pela independência, para a necessidade de agir, evitando a sua captura e iniciando as bases para o início da luta armada.

b) A revolta dos trabalhadores da Cotonang na Baixa de Kassange

Sem pretensões de aqui desenvolver os factos que fazem desse ano um marco histórico para Angola, vale a pena lembrar que a 4 de Janeiro de 1961, ocorreu em Malanje uma revolta camponesa de filiação mal-esclarecida, que passou pela recusa da entrega de algodão à Cotonang (Companhia Comercial Concessionária da Região da Baixa de Kassanje). Essa revolta ou massacre, como também é conhecida, tem gerado muitas interpretações entre os pesquisadores da História política ou dos conflitos de Angola, quanto às motivações para a revolta. Algumas fontes indicam a possibilidade de circulação dos panfletos das células do MPLA em Malanje terem alcançado a Baixa e as últimas apontam para agitação messiânica, a influência do *Parti de la Solidarité Africaine Congolése* possivelmente, e de emissários da UPA (União Popular de Angola)¹⁹.

Apesar de ser a rebelião menos conhecida de 1961, a revolta da Baixa de Kassanje é para muitos pesquisadores o início da luta armada de Angola e a mais fácil de compreender, pois tratou-se de uma ação que desafiou o sistema obrigatório do cultivo de algodão, de que a Cotonang, uma empresa monopolista, possuía a concessão na região oriental de Malange. O

¹⁷MEDINA. Maria do Carmo, *Angola – Processos Políticos da Luta Pela Independência*. Lisboa: Almedina, 2005. pp. 79-82

¹⁸*Ibidem*.

¹⁹*Ibidem*.

nível de censura era tão elevado que não se sabe concretamente quando nem onde a revolta começou.

Segundo Wheeler e Pélissier, as causas eram numerosas. De entre estas, destaca-se o regime salarial dos camponeses, uma vez que o rendimento anual de uma família indígena sob este regime, em 1959-60, variava entre 20 e 30 dólares. A isto pode-se, justificadamente, chamar exploração²⁰. A população local era obrigada a cultivar somente algodão, deixando de fora produtos alimentares, em certas áreas. Os 31.652 produtores do distrito de Malange eram obrigados a vender a totalidade das suas colheitas a um preço fixado pelo governo, muito mais baixo do que o praticado no mercado mundial. A leste de Malange havia uma verdadeira «algodocrácia», que relegava o camponês africano para o mero estatuto de fornecedor de uma empresa.

Ora, em Novembro e Dezembro de 1960, os produtores deste remoto interior pararam de trabalhar e recusaram-se a pagar os impostos. Então, o exército português, primeiramente, iniciou algumas intimidações, ainda antes de Janeiro de 1961. Os trabalhadores começaram então a atacar várias lojas, pelo menos, um posto administrativo e uma missão católica. A repressão começou sendo difícil calcular o grau de violência, mais existiram com certeza algumas execuções sumárias e bombardeamentos com Napalm²¹. As estimativas sobre as mortes variam entre várias dúzias (fontes portuguesas) e dez mil (fontes nacionalistas)²².

Tratou-se sobretudo do massacre de uma população armada com *canhangulos*²³, e não de uma operação militar. Não se sabe ao certo se os revoltosos receberam ajuda de alguns líderes que fugiram de Luanda, mais parece possível que a luta política nada tenha a ver com o assunto, embora tenha tido contornos políticos a posterior. Foi uma revolta pobre que falhou porque os trabalhadores não tinham armas nem líderes assumidos e não receberam apoio das tribos vizinhas.

²⁰WHEELER, Douglas & PÉLISSIER, René, *História de Angola*. Lisboa: Ed, Tintas-da-China, 2011. pp. 250-251

²¹Napalm é um conjunto de líquidos inflamáveis à base de gasolina gelificada, utilizados como armamento militar. Ele é na realidade o agente espessante de tais líquidos, que quando misturado com gasolina a transforma num gel pegajoso e incendiário.

²²NETO, Maria da Conceição, «Angola século XX até 1974» in: *O império africano: séculos XIX e XX*, coord. Valentim Alexandra, Lisboa: Edições Colibri, 2013, pp. 175 – 195.

²³O *canhangulo* é uma espingarda de fabrico caseiro: por vezes, um pedaço de tubo de canalização é montado numa coronha rudimentar e preenchida com pregos e bocados de metal.

A revolta dos camponeses em Malanje significou para os portugueses o final da tranquilidade colonial e para os angolanos significou o início de uma provação, sendo que para todos foi o ano do terror.

c) O ataque à Casa de Reclusão Militar

O ano de 1961 foi, como acabamos de apresentar, o ano em que a ideia do Estado Novo de manter os povos do Ultramar num espaço de unidade forçada incorporada no lema “um Estado, uma raça, uma fé e uma civilização” se demonstrou, de facto, insustentável.

O vento das independências que sacudia o Continente Africano acabou por chegar a Angola na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961, em Luanda. Os insurgentes aproveitaram-se da presença da imprensa internacional que se encontrava em Luanda, devido ao caso do paquete “Santa Maria”²⁴. Tratou-se de uma acção que quebrou, definitivamente, a imagem de harmonia das populações e assinalou a existência de uma contestação séria à colonização portuguesa, contrariando as informações veiculadas nos dias anteriores, enquanto no dia seguinte aos acontecimentos de 4 de Fevereiro, apenas foi emitido no jornal uma nota oficiosa²⁵.

Como balanço da operação fracassada, houve cerca de sete polícias mortos e muito mais baixas do lado dos angolanos, ao que se seguiu o desabar de uma onda repressiva sobre os bairros de Luanda, desmantelando o pouco que restava das redes clandestinas. Apesar das discrepâncias dos testemunhos, tudo aponta para uma acção de iniciativa local, envolvendo elementos filiados em diversas organizações e que apanhou de surpresa tanto os líderes do MPLA, em Conacry, quanto os da UPA, em Leopoldville²⁶. O MPLA, porém, entendeu que o acontecimento representava o primeiro grande passo na luta armada e imediatamente subscreveu a acção, declarando ter elementos seus a inspirá-la.

Do lado português, a conjuntura internacional caracterizada pela existência de dois blocos, e a política de apoio às reivindicações dos nacionalistas dos norte-americanos, face ao espaço que os soviéticos ganhavam em África, levou a que Portugal procurasse reduzir a amplitude dos acontecimentos e denunciasse “infiltrações estrangeiras” como causadoras dos “incidentes”²⁷. Cada vez mais era notória a tensão na colónia, uma vez que os movimentos

²⁴ «Os acontecimentos de Luanda comentados pela imprensa inglesa e espanhola». *A Província de Angola*, 08 de Fevereiro de 1961.

²⁵ «Nota oficiosa do Governo Geral de Angola». *A Província de Angola*, 05 de Fevereiro de 1961.

²⁶ WHEELER. Douglas & PÉLISSIER. René, *Op. Cit.*, 2011, p. 251.

²⁷ NETO. Maria da Conceição, *op. cit.*, 2013, p. 188

ganhavam mais aderentes e o regime colonial endurecia as narrativas de controlo, facto que estabelecia o braço de ferro entre as partes e tornava a situação incontrolável.

A 4 de Fevereiro, foi formada em Luanda uma milícia armada branca. No dia seguinte, domingo, no funeral oficial de sete polícias e soldados, na presença do Governador-Geral, Álvaro Rodrigues da Silva Tavares, no cemitério de Luanda (actual Altos das Cruzes)²⁸, houve um massacre de vários angolanos, definidos como espectadores inofensivos, segundo os nacionalistas, e como terroristas armados, de acordo com os portugueses. Segundo se disse, isso degenerou numa carnificina sangrenta de angolanos nos musseques, por parte dos brancos enfurecidos. Nunca se forneceu uma explicação clara e imparcial destes acontecimentos. Apenas se pode dizer que se tratou de um massacre racial, não se conhecendo o número de vítimas.²⁹

d) A noite sangrenta de 15 de Março

O 15 de Março de 1961 foi considerado como um ato terrorista pelo facto de ter sido cometido contra as populações civis do norte de Angola. Entretanto, várias são as questões que se podem levantar sobre as motivações dos elementos da UPA ao realizarem tal actos, uma vez que na véspera havia uma tentativa de uma ação diplomática contra Portugal por parte da Libéria. Por outro lado, confirmou-se que os serviços secretos portugueses detinham informações, segundo as quais estava na forja uma acção de grande magnitude da UPA³⁰. O facto é que se tratou de um ato que foi brutal, tal como afirmou António Pedro Moyo, guerrilheiro afeto à UPA, ao lembrar:

«... Me recordo até hoje de uma coisa inesquecível, esse 15 de Março, o dia da semana foi quarta-feira (...), quais são as palavras? Olha as matas devem ser derrubadas, cada povo controlar as fazendas que lá esta.»³¹.

O ataque nos “*Dembo*”, berço angolano de guerrilha, alargou-se por uma área de cerca de 40 000 km², abrangido as actuais províncias de Luanda, Cuanza Norte, Uíge e Zaire. A revolta de 15 de Março atingiu quase todo o Norte de Angola e várias localidades ficaram

²⁸ «O funeral dos agentes da ordem». *A Província de Angola*, 08 de Fevereiro de 1961.

²⁹NETO. Maria da Conceição, *op. cit.*, 2013, p. 188

³⁰ MBAH, Jean Martial, *As rivalidades políticas entre a FNLA e o MPLA (1961-1975)*, Luanda, Mayamba, 2010, p. 161.

³¹Associação Tchiweka de Documentação, (Filme). *Independência: Esta é a nossa memória*. Geração 80, 2015. 25 min., som. Color. 16mm (Série didáctica), Luanda-Angola

ocupadas durante algum tempo pelos guerrilheiros. As consequências desta acção foram alarmantes, cerca de 1 500 mortos entre brancos, mestiços e negros. Mais de 1 500 fazendas destruídas e prejuízos económicos de cerca de 2 bilhões de escudos. O comércio e outras actividades também foram gravemente afetados, como descreve Conceição Neto³².

Face a eclosão da guerra, a 13 de Abril de 1961, António de Oliveira Salazar assumiu a pasta da defesa e ordenou: para Angola, “rápido e em força”³³. A 21 de Abril desse ano desembarcaram em Luanda as primeiras tropas por via marítima, que durante a marcha cantavam “Angola é nossa”³⁴. Um mês depois, as tropas portuguesas iniciaram uma monstruosa operação de recuperação de áreas sob o controlo dos nacionalistas, afectos ao MPLA e a UPA, sedeados nos Dembos e noutras localidades. Os ataques a fazendas e vilas, que se sucederam deixaram um rasto de centenas de mortos, numa violência muitas vezes cega e sectária, reveladora dos ressentimentos acumulados contra os colonos. Estes por sua vez, responderam com igual indiscriminada violência, causando a morte a dezenas de milhares de angolanos até ao final do ano³⁵.

Enfim, todos estes factos levam-nos a considerar este terceiro quartel de período fértil para estudos, pelo facto de marcar uma nova era nas actuações dos regimes colonialistas, com base em três cenários principais políticos: os princípios das Nações Unidas, bipolarização do mundo com a afirmação da guerra fria e a vontade de autodeterminação dos povos subjugados. Esses três cenários estiveram presentes em Angola.

1.2. Planos de Fomentos e os projetos de industrialização: impulsos à economia da Província de Angola?

O fim da Segunda Guerra Mundial representou uma nova fase nas relações internacionais, assim como novas medidas económicas, visto que a intenção de tornar mais eficazes as medidas de crescimento e desenvolvimento económico estavam nas agendas das duas principais potências, de modo a evitar os desníveis entre os países e procurar ganhar mais zonas de influência.

³²WHEELER. Douglas & PÉLISSIER. René, *op cit.*, 2011. p. 318

³³Associação Tchiweka de documentação, (Filme), *op. cit.*, 2015

³⁴FRANCISCO, Silvestre António «Reflexões sobre o 4 de Fevereiro de 1961: Do assalto às cadeias de Luanda à tribuna internacional» In: Arquivo Nacional de Angola» (coord.): *Actas do III Encontro Internacional Sobre História de Angola*, Luanda, Editor: A.N.A, 2015, pp. 543- 546

³⁵*Idem*

Nessa conjuntura de Guerra Fria, Portugal alinhou-se ao bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América, beneficiando-se dos inúmeros investimentos o que o possibilitou criar o Fundo de Fomento Nacional³⁶ e, conseqüentemente, financiar os Planos de Fomento para as colónias.

Os Planos de Fomento serviram de alavanca a Portugal após a Segunda Guerra Mundial em dois sentidos: no primeiro, no plano económico, cujo objectivo centrado era impactar na reconstrução e a modernização da indústria portuguesa, e outro, no plano político, sendo que serviram como instrumento ao serviço ideológico do Estado Novo³⁷.

No caso da então denominada Província de Angola, as mudanças de política económica vieram estimular de facto as indústrias transformadoras. Após o período de 1961 e 1962, Angola registou um impressionante crescimento económico, principalmente após a nova lei de condicionamento industrial (1965)³⁸, que veio unificar o enquadramento legal para instalação de indústrias no espaço português. Permitiu-se a criação de direitos aduaneiros temporários para estímulo e protecção de certas indústrias nascentes.

Os acontecimentos políticos ocorridos de 1961 levaram a Portugal a adoptar uma política mais liberal em alguns sectores da colónia, quer do ponto de vista económico, visto que os agricultores passaram a beneficiar de crédito de modo a aumentar a produção, bem como do ponto de vista sociocultural, o que também permitiu a abertura de centros recreativos e culturais, o surgimento de programas musico-cultural com o objectivo de divulgar a música angolana e conseqüentemente a criação de festivais de músicas urbanas nos musseques³⁹, como veremos com mais detalhes no próximo capítulo.

O arranque industrial foi uma consequência, em termos gerais, da alteração da política colonial. O Pacto Colonial foi substituído pelo Espaço Económico Português (EEP)⁴⁰, caracterizado pela integração económica dos espaços metropolitano e ultramarino. Esta viragem trouxe a Angola oportunidades de industrialização.

³⁶ ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Dissertação, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, pp. 337-338

³⁷ CAEIRO. Joaquim Croca. «Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico no pós guerra» in: *Intervenção Social*, Lisboa: Universidade Lusíada, 2005, pp. 193-219.

³⁸ WHEELER. Douglas & PÉLISSIER. René, *op cit.*, 2011. pp. 327-328

³⁹ OLIVEIRA. José, O papel da música de intervenção política no processo de libertação nacional: o caso da 1ª geração do conjunto musical os kiezoz (1950-1975). Monografia, ISCED, Luanda, Angola, 2018.

⁴⁰ GONZAGA. Norberto, *História de Angola (1482-1963)*. Edições C.I.T.A, pp. 352-354

A criação do Espaço Económico Português⁴¹ pode ser entendida no contexto da adesão de Portugal à Associação Europeia de Comércio Livre (AECL - EFTA)⁴², do qual o país integrou os fundadores, em janeiro de 1960. Por um lado, oferecia a Portugal indubitáveis vantagens, ao possibilitar a manutenção das margens preferenciais de que gozava em relação às colónias: ou seja, a metrópole podia continuar a encontrar nas colónias produtos agrícolas e matérias-primas a preços relativamente mais baixos e as colónias, por seu turno, a encontrar vantagens nas compras feitas à metrópole. Esta foi talvez a razão mais relevante. Finalmente, no caso de Angola, a resistência nacionalista levou o Estado Novo, com o apoio de jovens tecnocratas, a uma desesperada viragem de última hora para desenvolver Angola.

As alterações introduzidas no regime de condicionamento industrial foram muito favoráveis à instalação de indústrias no território angolano. Após 1966, é permitida a instalação nas colónias do sector têxtil, até então interdito com receio da forte concorrência à indústria da metrópole, o qual em breve ganhou acentuado relevo⁴³.

Entretanto, essa política de industrialização de Angola foi acompanhada com a massiva chegada de portugueses a Angola, no quadro da política de povoamento branco. Essa política redesenhou a demografia da cidade de Luanda, o principal destino dos novos habitantes, trazendo consigo novas oportunidades económicas e educacionais que favoreceram a mobilidade social no seio dos colonizados⁴⁴. Este foi em parte compensado pelo aumento das oportunidades de trabalho nos centros urbanos (serviços, construção civil, novas indústrias), embora a maioria desta mão-de-obra, não qualificada, continuasse a ser discriminada nos salários. Com maior gravidade foi a expulsão da antiga elite assimilada das zonas centrais para os bairros periféricos. Contudo, ao mesmo tempo que os nativos de Angola beneficiavam das políticas de industrialização, também eram cada vez mais marginalizados.

1.3. Da (des) igualdade económica à segregação social

A sociedade colonial portuguesa sofreu várias alterações entre as décadas de 1950 e 1960, influenciadas pelas transformações políticas globais já mencionadas. A pressão internacional levou o Estado Novo a rever o Estatuto de Indigenato de 1926, que legalmente

⁴¹WHEELER. Douglas & PÉLISSIER. René, *op cit.*, 2011. pp. 329-323

⁴²EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), é um bloco económico europeu, de que Portugal fez parte desde a sua fundação até a sua adesão à Comunidade Económica Europeia. Conf. WHEELER. Douglas, PÉLISSIER. René, in *História de Angola*. Lisboa: Ed, Tinta-da-China, 2011. pp. 329-332

⁴³WHEELER. Douglas & PÉLISSIER. René, *op cit.*, 2011. pp. 329-332

⁴⁴NETO. Maria da Conceição, *op. cit.*, 2013, p.191

separava os habitantes das suas colónias em portugueses, assimilados e indígenas. Por isso, quando em 1951 Portugal transformou as suas colónias em províncias ultramarinas, foi obrigado a alterar a Lei Orgânica do Ultramar (Lei n.º 2.066, de 27 de Julho de 1953) que continha vários preceitos relativos às populações indígenas das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, que posteriormente foi reformulada pelo Decreto-lei 39 666 de 1954, com o Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias de Angola, Guiné e Moçambique, cuja discriminação racial estava escondida na interpretação da lei⁴⁵.

Esse regime legal ficou materializado na estratificação da sociedade luandense dividida em três classes, os brancos, assimilados e os indígenas. Os colonos eram cidadãos brancos e habitavam na cidade alta ou na baixa de Luanda. A eles cabiam todos os privilégios e frequentavam todos os lugares sem restrições. A classe dos colonizados estava dividida em dois grupos: os assimilados e os não-assimilados. Os assimilados podiam, por exemplo, adquirir propriedade e não eram obrigados pelas autoridades a trabalhar em obras públicas. Porém, tinham de prestar serviço militar, trabalhar para o sector público, apresentar formação escolar, comprovar a posse de bens e manter uma vida cristã.

Os não-assimilados viviam nos bairros indígenas e nos musseques de Luanda (Sambizanga, Marçal, Rangel, etc.). A discriminação era tanta que, por exemplo, eles eram impedidos de frequentar as ruas, os restaurantes, as salas de cinema que eram frequentadas por brancos. Pagavam impostos e a eles cabia representarem a mão-de-obra barata. Benigno V. Lopes diz:

“Entre os negros também a colonização dividiu, eu não sei como é que as pessoas se esquecem disso. As coisas mais elementares, chofer de machimbombo, só podia ser branco, mestiço nem chofer podia ser (...), os negros nem cobradores podiam ser, cobradores eram mulatos. Esses eram exemplos flagrantes conhecidos, para não termos que falar de lei, como a lei nos dividia, era simplesmente um horror”⁴⁶.

O trabalhador angolano não vendia livremente a sua força de trabalho. Era compelido a trabalhar, por um certo período de tempo, para os colonos e grandes empresas. Não dispunham de direitos sindicais, não sabiam ler, nem escrever (mais de 95% da população africana nas

⁴⁵ CRUZ. Elizabeth Ceita Vera, *Estatuto do indigenato-Angola: a legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Luanda: Chá de Caxinde, 2005, p. 143.

⁴⁶ Associação Tchiweka de documentação, (Filme), *op. cit.*, 2015

colónias portuguesas permanecia analfabeta), não tinham direito a assistência médica (em Angola, o número de tuberculose chegou a aumentar dez vezes mais, em dez anos).

De facto, aos nativos de Angola estava reservado, na sociedade colonial, um quotidiano de violência e discriminação. Com os movimentos limitados, eram a mão-de--obra barata e pagavam impostos, estando submetido ao arbítrio das autoridades coloniais e sujeitos a medidas vexatórias. Não podiam exercer qualquer tipo de actividade de carácter lucrativo, não superintendiam brancos nos transportes ou no comércio, não dirigiam fábricas ou minas, não geriam plantações⁴⁷. O Estado colonial reservava, em princípio, todos os privilégios aos cidadãos europeus e aos poucos assimilados.

Porém, um documento com o título “Uma carta aberta aos colonos de Angola”, datada de 1959, chamou-nos a atenção pelo facto de existirem reivindicações de brancos que discordavam das práticas dos brancos, que eles denominavam de colonialistas, e na mesma missiva referenciavam-se os maus-tratos aos nativos e a formação dos movimentos nacionalistas:

“ ... sobre a terra de Angola viveu negros, brancos e mestiços, ali nascidos, que querem continuar a ser o que sempre foram acima de tudo – angolanos. Os portugueses colonialistas consideram o negro como indígena ou assimilado, o mestiço como um marginal e o branco africano como ‘branco de segunda categoria’... A nossa luta não é, nunca poderia ser, uma luta de negros contra brancos, mas sim luta contra o colonialismo e, conseqüentemente, contra o racismo do português-colonialista...

...há já alguns anos a necessidade urgente de revêr a estrutura da sua política colonial, tão injusta como desumana, o governo fascista e colonialista português persiste em negar as realidades africanas e escudando-se numa legislação de fachada procura iludir a opinião pública mundial...”⁴⁸.

⁴⁷*Ibidem*

⁴⁸ Conf. os requerimentos de cidadãos que solicitavam ao Governador-geral de Angola audiências, vacaturas e apoios. Arquivo Nacional de Angola, caixa nº 235.

A década de 1950 foi, realmente, muito complicada para o regime do Estado Novo. A pressão não era apenas em Luanda, mas nos vários centros urbanos, uma vez que a população mais urbanizada, assimilados ou não, e mais influenciada pelos padrões ocidentais aspirava cada vez mais à promoção social. Contudo, de facto, eram sujeitos a medidas discriminatórias: regra geral, não tinham acesso aos cinemas, restaurantes e cafés frequentados por brancos. Nas repartições aguardavam tempos indefinidos e deviam dirigir-se a guichets diferentes daqueles que atendiam europeus. Durante a noite só podiam circular com uma autorização especial⁴⁹.

Por exemplo, Benigno V. Lopes “Ingo” disse que:

« ... no Lobito, havia mesmo uma carreira de autocarros para brancos e outra para pretos. E no caminho-de-ferro de Benguela, um angolano, mesmo que tivesse o dinheiro, não podia viajar em primeira classe, nem frequentar a carruagem restaurante. Aliás, até ao início da guerra colonial nenhum natural de Angola branco ou negro podia ser oficial do exército ou ascender a cargos de importância na administração pública»⁵⁰.

Com o início da luta de libertação, o regime salazarista, na pessoa do então ministro do Ultramar, Adriano Moreira, aprovou a 28 de Agosto de 1961, uma série de reformas que deviam preceder o novo e fundamental “Código do Trabalho Rural de 1962”. A reforma mais importante era a revogação do “Estatuto dos Indígenas de 1954” (Decreto nº 43 893). A distinção entre indígenas e cidadãos portugueses foi retirada e atribuiu-se direitos iguais aos cidadãos “Civilizados” e “Não Civilizados”⁵¹.

Com o cancelamento do estatuto de indigenato, acabou-se com o trabalho forçado e defendeu-se, no lugar disso, o Luso-tropicalismo. Desde então, uma versão simplificada dessa política foi entrando no imaginário nacional contribuindo para a consolidação da autoimagem que os portugueses queriam demonstrar perante aos angolanos e ao mundo que fortemente criticava a sua política. Para tal, era preciso fazer passar a imagem de um povo tolerante, fraterno e de vocação ecumênica.

⁴⁹MATEUS. Dalila Cabrita & MATEUS. Álvaro, *op. cit.*, 2011. pp. 41- 43

⁵⁰Associação Tchiweka de documentação, (Filme), *op. cit.*, 2015

⁵¹WHEELER. Douglas & PÉLISSIER. René, *op cit.*, 2011, pp. 276-278

As outras reformas empreendidas por Adriano Moreira, em Setembro de 1961, estavam relacionadas com assuntos da vida quotidiana de importância secundária e respeitavam a: Coordenação da aplicação dos direitos consuetudinários e codificados; Reorganização das regedorias (unidades administrativas indígenas do mato); Ocupação de terras e concessões. O decreto nº 43 894 procurava evitar conflitos entre a população indígena e os colonos que se queriam expandir⁵².

As pressões administrativas sobre o mundo rural foram aliviadas após 1961, inclusive com medidas de protecção ao sector camponês dito “tradicional”, a par do crescimento do sector empresarial capitalista na agricultura e criação de gado. Noutras casos, porém, a forçada inclusão em “aldeamentos estratégicos”, ou a concorrência da nova vaga de colonos, agravaram os problemas de exploração de solos disponíveis e aumentaram a tendência para o empobrecimento rural⁵³.

⁵²WHEELER. Douglas & PÉLISSIER. René, *op cit.*, 2011, pp. 276-278

⁵³*Idem*

CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DOS BAIRROS INDÍGENAS PARA OS BAIRROS POPULARES DE LUANDA

Angola, no terceiro quartel do século XX, enquanto uma das províncias do império português, foi marcada por uma série de factos e acontecimentos que viriam a marcar a história de Angola nos aspetos político, económico, social e cultural. Contudo, é considerado por muitos especialistas da História de Angola como o período mais conturbado do século XX. Por isso, Angola sofreu um conjunto de transformações de entre as quais podemos destacar os projectos de urbanização dos bairros de Luanda. Entretanto, várias são as questões que podem ser levantadas quanto às intenções que levaram o Estado Novo a permitir a construção dos mesmos, porque a materialização do projecto acabou por ser controversa.

Assim se questiona, por qual motivo o regime colonial permitiria a construção dos bairros para os indígenas? Estaria o Estado Novo preocupado com o bem-estar dos indígenas? Por qual razão muitos brancos viviam nos bairros que foram regulamentados nos princípios dos anos cinquenta do século XX, exclusivamente para os nativos? Será, exclusivamente, o fim do estatuto do indigenato o motivo da transição dos bairros indígenas para bairros populares?

2.1. O crescimento da população urbana de Luanda

Diferente do que ocorreu na primeira metade do século XX, em que a população de Angola decrescia anualmente cerca de 73%⁵⁴, dado que em 1920 aproximava 4.278.200, e em 1930 cerca de 2.547.294⁵⁵, um comportamento negativo, que se justificou pelo conjunto de dificuldades que a colónia atravessava naquela década⁵⁶, com destaque a presença de europeus que constituiu o factor fundamental de tal situação, que obrigava os autóctones a emigrar para

⁵⁴ CALEMBA, Ngombo, *A situação económica de Angola e a sua repercussão social: 1919-1939* (dissertação de licenciatura em Ciências da Educação, especialidade História, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED/Luanda), Luanda, 2017, p. 7.

⁵⁵ FREUDENTHAL, Aida, «Angola», in: ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (Coord.), *O império africano, 1890 – 1930*, in: SERÃO, Joel e OLIVEIRA, António (Direcção), *Nova História da expansão portuguesa (Vol. XI) – O Império Africano, 1890 – 1930*, Lisboa: Estampa, 2001, pp. 309 – 310.

⁵⁶ *Idem*, p. 312.

outros territórios escapando das guerras de ocupação, exploração fundiária e de gado⁵⁷. Diante desse cenário, verificou-se nesse período, de um lado, o crescimento acelerado da população branca e a mestiça num ritmo médio e, do outro lado, a população negra que apresentava um acentuado recuo.

Entretanto, o terceiro quartel do século XX verificou uma viragem no crescimento económico da colónia que se deveu à conjuntura comercial internacional, que facilitou a subida da cotação do café e de outros produtos agrícolas de Angola.

Importa salientar que foi neste quartel que as exportações da colónia de Angola estiveram em alta: o milho atingiu 124.155 toneladas, quase mais 40 mil em relação a 1934; a mandioca atingiu 18.624, oito mil superiores a 1932, o café subia constantemente, a produção algodoeira também registava um avanço crescente⁵⁸, assim como outros produtos. Consequentemente, tal resultou no aumento de 435 mil contos a nível das exportações a partir de 1940⁵⁹. Essa conjuntura atraiu para Luanda, voluntariamente, as populações, tanto da metrópole, como do interior de Angola

Por outro lado, a política de povoamento branco intensificado no final da primeira metade do século XX esteve na base do rápido crescimento da população branca em Angola. Porém, esta política de povoamento pode ser considerada de lenta, mas deve-se admitir que foi gradual nas primeiras décadas⁶⁰.

Segundo Gerald Bender, a Junta Provincial de Povoamento de Angola havia traçado estratégias para o povoamento branco nas zonas rurais. Porém, muitos europeus acabavam por se fixar em Luanda⁶¹, por motivos que não procuramos analisar exaustivamente, nesta dissertação. Com isso, Luanda verificou, no terceiro quartel do século XX, um grande crescimento demográfico, sendo que até ao final do referido período tinha aproximadamente cerca de 480.613 habitantes, facto que exigiu as autoridades coloniais uma redefinição das políticas de urbanização.

⁵⁷*Ibidem.*

⁵⁸ «A economia colonial». *A Província de Angola*, 5 de Fevereiro de 1940.

⁵⁹ CALEMBA, Ngombo. *op. cit.*, pp. 38-39.

⁶⁰ PIMENTA, Fernando Tavares. *White Settler Politics and Euro-African Nationalism in Angola (1945-1975)*. In: *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism*. London/New York: Routledge, 2016, pp. 277-290.

⁶¹ BENDER, Gerald. *Angola sob o domínio colonial: mito e realidade*, Luanda: Mayamba, 2013, pp. 207-208.

Ainda, conforme Bender, uma das intenções do JPP no seu programa de inovações era criar em Angola comunidades multirraciais que estariam integradas e harmonizadas no quadro da missão histórica sem separação entre o mundo português, o que levou a que se trouxesse para Luanda colonos cabo-verdianos com vista a atingir os seus objectivos⁶². Ora, cada vez mais, a população luandense tornou-se de diferentes origens e cultura, estratos sociais e políticos formavam a cidade de Luanda, que refletiria, posteriormente, a forte segregação entre negros, mestiços e brancos.

Convém notar que os dados sobre a população angolana do período são contraditórios, por parte de muitos estudiosos, uma vez que os censos populacionais não conseguiam ter grande abrangência pelo facto dos nativos se deslocarem de um local para o outro no vasto território de Angola, e também pelo facto de se assistir a um processo migratório crescente após a eclosão da guerra colonial, em Março de 1961.

2.2. Luanda: a cidade dividida entre negros, mestiços e brancos ou uma miscigenação?

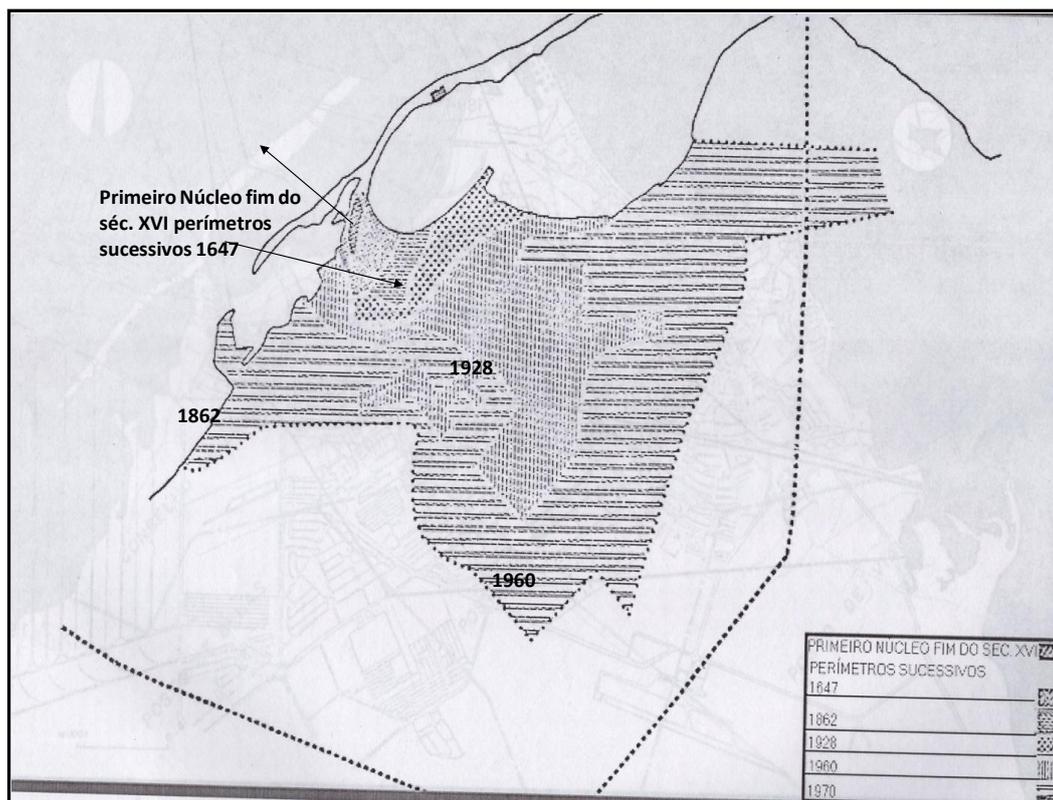
É um facto que a realidade urbana das cidades africanas foi totalmente alterada pela colonização. De acordo M'Bokolo, as modificações verificadas na maioria das cidades criadas pela colonização foram, por razões económicas, influenciadas pela existência de portos em muitos casos⁶³. Essa tendência foi acentuando o êxodo rural que começou a encher as cidades. Por sua vez, Luanda, não fugiu à regra. O aumento acentuado da população de Luanda assumiu aspectos variados como vimos anteriormente.

A topografia natural da cidade Luanda, no litoral, permitiu que no início da penetração e fixação portuguesa se concentrassem as grandes construções próximas ao mar. Assim, a cidade foi crescendo do litoral ao *interland*.

⁶² *Idem*, p. 211.

⁶³ M'BOKOLO, Elikia, *África Negra. História e civilizações: do século XIX aos nossos dias*, Lisboa: Colibri, 2011, pp. 436-438.

Imagem 1 - Evolução histórica da cidade de Luanda.



Fonte: MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Continuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: Uma interpretação do desenho urbano, São Paulo, Terceira Margem, 2006, p.177, (Adaptado). In: Yuri, 2017.

Como vimos atrás, à medida que a cidade crescia demograficamente, do mesmo modo crescia em território. Ou seja, se por um lado os brancos se fixavam na zona do litoral, por outro lado, os autóctones estavam nas redondezas das habitações dessas habitações⁶⁴.

⁶⁴ NASCIMENTO, Washington. *Jogo nas sombras: realidades misturadas, estratégias de subjetivação e luta anticolonial em Angola 1901-1961*, São Paulo: Pontes, 2022, pp. 85-88.

Importa referir que a transformação política e social que a metrópole e as outras potências viviam na primeira metade do século XX influenciou a configuração de Luanda, uma vez que Luanda se transformava para muitos europeus na exclusiva cidade com condições mínimas de conforto, devido ao seu tamanho, bem-estar e o território que albergava naquela altura a sede do Governo colonial. Assim, Luanda tornava-se um centro cultural, político e económico da colónia⁶⁵.

No entanto, segundo Wheeler e Pelissier, apesar da forte influência europeia na zona litoral de Luanda, ou melhor a zona baixa, havia ainda grande parte localidade ocupada pelos nativos, tantos que se mantinham os topónimos nas línguas locais, como: Bungo, Quipacas e Maianga, assim como alguns conglomerados de nativos próximos a baixa de Luanda⁶⁶.

Vale a pena notar que desde os anos 1920 havia demolições das casas dos nativos, que eram chamadas de iniciativas de higiene social, para a construção de residências de modelos europeizados⁶⁷, afastando os africanos da baixa de Luanda. Assim, nasceram em Luanda as zonas habitadas pela população pauperizada. No princípio do século XX, surgiram as primeiras tentativas de organização destas zonas, contudo, apenas no final da primeira metade, do mesmo século, com o Gabinete de Urbanização Colonial houve de facto uma regulamentação dos bairros para a população autóctone.

Segundo Ilídio do Amaral, o processo evolutivo urbanístico da cidade tornou-a numa cidade dualista, apresentando vários factores concorrentes. Porém, para a nossa análise são principalmente quatro os que estão na base desta situação⁶⁸:

- O rápido crescimento da população;
- A centralização da cidade na baixa de Luanda;
- Tentativa de construção de edifícios altos;
- A falta de controlo do crescimento dos musseques.

⁶⁵ WHEELER. Douglas & PÉLISSIER. René, *op cit.*, 2011, pp. 111-113.

⁶⁶ *Idem*, p. 115

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ AMARAL, Ilídio. *Luanda e os seus "Muceques" problemas de Geografia Urbana*, Finisterra, XVIII, 36, Lisboa, 1983, p. 295.

Percebe-se aqui que a forma como se construiu Luanda, embora os interesses coloniais estivessem em primeiro lugar, pode-se perceber aqui que havia também interesses particulares de uma determinada elite, como refere Mourão⁶⁹:

“... a urbanização e as obras públicas, registaram-se choques entre a Câmara, a Tutela, as Obras Públicas, o Conselho, a Circunscrição, enfim, o que vale dizer, entre o poder municipal, o governador – geral da colónia e as autoridades da metrópole.”

Para Mourão, esta elite era constituída por vereadores e outros altos funcionários que eram nomeados e representavam o quadro de uma sociedade dita “branca”, organizada até certo ponto como solidária, segundo o modelo político estado-novista da metrópole, mais do que a população urbana propriamente dita⁷⁰. Contudo, as discussões sobre o urbanismo passavam em torno de posicionamentos, em primeiro lugar, do tratamento a ser dado à população nativa (restrição) e, em segundo lugar, passava em torno da legitimação do avanço da “cidade branca”. Esta discussão em grande parte serviu mais para justificar o desenvolvimento urbano, do que como solução para resolver o problema habitacional da população africana.

A afirmação de Mourão é confirmada pelo Jornal o Apostolado, na sua edição de 1957 e 1958, de acordo às várias publicações dos periódicos como *A Província de Angola*, *Diário de Luanda* e o *Apostolado*, nos anos cinquenta sob proposta do Vereador Jaime de Amorim tinham de ser construídos novos bairros populares e monumentais por toda Luanda⁷¹.

Algumas acções que se materializaram na construção dos bairros indígenas, diferentes das casas em que viviam os nativos em espaços conhecidos como *musseques*⁷² ou bairros de lata, embora tenham minimizado a forte segregação entre os africanos e europeus, era nos bairros residenciais reservados para os brancos, normalmente no planalto, que se encontravam as grandes moradias de estilo colonial e os edifícios administrativos. Mais longe, e mantidos à

⁶⁹ MOURÃO, Fernando A. Albuquerque. *Op. cit.*, 2015, p. 204

⁷⁰ MOURÃO, *ibidem*.

⁷¹ «O município de Luanda e os bairros populares: uma proposta do Vereador Sr. Jaime Amorim», *O Apostolado*, 15 de Agosto de 1958.

⁷² Expressão que em língua local, kimbundo, significa “onde há areia”, por oposição à zona asfaltada, é o espaço de transição entre o universo periférico e o urbano.

distância, estavam os espaços reservados para as casas dos africanos, onde reinavam a pobreza, miséria, a insalubridade e uma excessiva concentração de gente⁷³.

O alargamento e a fusão dos diferentes bairros de lata em Luanda criaram paulatinamente a divisão entre a cidade e o musseque, entre a habitação da população proveniente da Metrópole e a população oriunda africana. Apenas algumas famílias negras mestiças que possuíam condições financeiras tinham residências na baixa de Luanda. Os nativos do musseque poderiam trabalhar nas casas dos brancos ou dos poucos mestiços, ou ainda nas mercearias, bares e alguns empreendimentos da cidade⁷⁴.

2.3. Novos bairros de Luanda: a quem pertencem?

Quando em 1944 surge o GUC (Gabinete de Urbanização Colonial), vários foram os projectos para a urbanização das colónias. Assim, por iniciativa do Estado Novo, foram planificadas as construções dos bairros com denominações de bairros económicos, populares e indígenas⁷⁵, para os habitantes da Província de Angola, com maior realce para Luanda, visto que era nesta altura a cidade mais populosa da Província.

Entretanto, a nossa análise vai se centrar directamente nos chamados bairros indígenas por dois motivos: primeiro, porque eram os bairros mais marginalizados e a modalidade de construção foi diferente em relação aos outros; segundo, porque foi nestes bairros que se forjou a cultura luandense da época, assim como a posterior.

Não poderíamos, de modo algum, discutir sobre os bairros indígenas sem antes caracterizar ou reagir em relação ao conceito de indígena. Afinal, quem era o indígena? Por que eram designados de indígena? Era indígena pelo simples facto de se ser nativo e negro?

A definição mais comum de «indígena» apareceu pela primeira vez no sistema no léxico colonial português no artigo 10.º do Decreto de 20 de Fevereiro de 1894: “devem ser

⁷³ VIERA, José Luandino. *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, 6ª ed, Lisboa, Edições 70/União dos Escritores Angolanos, 1979.

⁷⁴ As literaturas produzidas na época como “A vida verdadeira de Domingos Xavier” e “Luanda” de Luandino Vieira, assim como o romance “Colonizado e colonizadores” de Raul David, espelham a realidade vividas pelos mussecados.

⁷⁵ MOURÃO, Fernando. *Op.cit.*, 2015, p. 205.

considerados indígenas aqueles que nasceram no Ultramar de pai e de mãe indígenas e que não se distinguem, pela sua instrução e costumes dos outros da sua raça”.

Ora, a interpretação do antropólogo costa-marfinense Harris Fotê, em volta deste léxico colonial, faz mais sentido para essa análise: o indígena é o autóctone que foi militarmente vencido, politicamente desfigurado e culturalmente discriminado⁷⁶. Por ter sido utilizado na administração colonial portuguesa e a mesma ser assimilacionista, entendemos também que se tratava de um conceito racial. Portanto, as residências eram destinadas para um grupo considerado como racialmente inferior.

Tal como aludimos anteriormente, a população branca crescia aceleradamente, o que tornava também como necessárias prontas medidas que acautelassem esse crescimento. Com isso, as autoridades coloniais portuguesas entenderam que era preciso reurbanizar a cidade de Luanda.

Por isso, a Câmara Municipal de Luanda decidiu lançar vários concursos para o melhor modelo de requalificação de Luanda⁷⁷:

“ ... A Câmara Municipal de Luanda em sua última sessão, resolveu, em princípio, abrir concurso para recrutar, por meio de contrato, para os seus serviços um arquiteto – urbanista, que terá o encargo de elaborar o plano de urbanização da cidade. Só há que louvar a resolução tomada e desejar que se volva em realidade, dentro do mais curto espaço de tempo. A importância e o desenvolvimento que vem tendo Luanda, desde há muito impõem á Câmara a necessidade de manter um arquiteto privativo nos serviços da sua Repartição Técnica, não para tratar só do plano de urbanização, de indiscutível urgência, mas para orientar e dirigir tudo quanto represente e constitua urbanismo. Atravessa-se, de positivo, aqui, uma hora de renovação cidadina. Constantemente surgem novos prédios de habitação e

⁷⁶ DIOUF, Mamadou; FOTÊ, Harris Memêl e MBEMBE, Achille, «Os avatares do Estado na África: o estado civil Estado na África» in: GONÇALVES, Jonuel (Org.), *África no mundo contemporâneo: estruturas e relações*, Luanda: Mayamba, 2014, p. 482.

⁷⁷ «Editorial», *A província de Angola*, 6 de Abril de 1940.

requerimentos, na Câmara, a pedir licenças para a construção de outros. [...].”

Em Luanda cada fase de urbanização correspondeu ao desaparecimento, a expropriação de terrenos⁷⁸, à construção e o arrastamento de bairros indígenas e musseques para periferia¹⁰⁰, a favor da CML. No entanto, o crescimento não invalidou que as populações ditas “negras” e “brancas” concorressem no mesmo espaço urbano. A cidade “branca” precisava dos musseques, pois os musseques proporcionavam mão-de-obra para a cidade “branca”. E, também, a cidade branca não era capaz de albergar todos os brancos que chegavam da metrópole, os que viam de outras partes do ocidente e os que eram nascidos em Angola.

Com a política de ocupação⁷⁹ das colónias conjuntamente com o crescimento urbano, a cidade de Luanda continuava a dominar a realidade urbana em relação às outras cidades angolanas, com cerca de 40 por cento da população citadina, com uma população superior a 20 mil habitantes em 1961, segundo Wheeler e Pélissier¹⁰². Em consequência a cidade começou a deparar-se com o excesso de mão-de-obra, que acabou por criar desconfortos, conforme noticiou o *Diário Popular*⁸⁰:

“... se pensa que desembarcado em Luanda, no Lobito, em Moçâmedes, em Benguela, em Lourenço Marques ou na Beira estão sanados todos os males, vá de conseguir os dinheiros necessários para a viagem, esperando não se sabe bem o quê, já que, quanto á grande maioria dos emigrantes, a bagagem profissional é nula”.

⁷⁸ A expropriação de terrenos foi um elemento indispensável para materialização do plano de urbanização de Luanda, como nos confirma o Engenheiro Rogério Cavaca: “As expropriações serão resumidas ao indispensável. – Sr. Engenheiro, não ficará dispendiosa a execução dos planos de urbanismo, com as expropriações de terrenos ocupados e construções. – A luz do critério exposto, há que naturalmente resumir as expropriações ao que for estritamente indispensável, procurando fazer-se mais uma urbanização prática e utilitária, que uma urbanização com excessivos requerentes estéticos e monumentais”. “Editorial”, jornal *A província de Angola - diário da manhã*: 25 de Outubro de 1945, Biblioteca do Governo provincial de Luanda.

⁷⁹ Desde 1933, o ministro das colónias, Armindo Monteiro, sublinhara a importância social das colónias, sugerindo a transferência massiva dos proletários brancos, desempregados na Europa, rumo à África, poupando assim as metrópoles à contestação operária e, pela mesma ocasião, assegurando o “branqueamento” da África portuguesa. Tratava-se da filosofia fascista sob nova roupagem

⁸⁰ «Editorial», jornal *Diário Popular*, 3 de Março de 1957.

Quando em 1958, Luanda se torna na maior cidade da costa ocidental africana, ela é sobretudo uma grande cidade no que respeita à população branca⁸¹. Entretanto, essa crescente população abriu lugar a segregação, como mencionamos nos pontos anteriores, que se repercutiu na organização espacial da cidade de Luanda.

Mas o que mais preocupava as autoridades coloniais em Luanda era o número de nativos que rodeava a cidade. Segundo Soares, os 150.000 nativos que rodeavam a cidade passaram a ser encarados como um problema complexo, de natureza sanitária, policial, de política indígena e de urbanização⁸². Neste contexto os problemas de ordem política passavam em torno do enquadramento social e económico dos nativos destribalizados e a sua inclusão no seio cultural da sociedade urbana de Luanda.

Como é sabido, o pressuposto é que o desenvolvimento atrai desenvolvimento. Cada vez mais Luanda atraiu mais populações, que criavam um embaraço considerável ao problema de habitação em Luanda. Portanto, foi neste intuito que as autoridades gizaram planos para construção dos bairros indígenas em Luanda, pelo facto de ser a maior população da cidade, e isso implicava, necessariamente uma “decisão política”. Por outro lado, falar sobre habitação “construção de casas para todos”. Para Soares⁸³:

“O problema da habitação indígena nas cidades não é portanto, um mero problema de urbanização, com aquele conjunto de preocupações de ordem estética, de higiene e salubridade, recreio e transportes, que estão comumente na base desta. É, antes de tudo, um problema político como cúpula de todo um sistema de acção civilizadora, na arquitectura da qual tem de concorrer os urbanistas”¹⁵⁷.

O GUC (Gabinete de Urbanização Colonial), a partir da década de cinquenta, criou vários diplomas que tratavam, exclusivamente, do problema da construção de bairros operários e casas económicas, o que estimulou a questão de falta habitação para as camadas menos favorecidas⁸⁴. Parece que havia alguma preocupação por parte das autoridades coloniais da

⁸¹ «A população branca de Luanda», *A Província de Angola*, 5 de Julho de 1958.

⁸² SOARES, Amadeu de Castilho «Política de bem-estar rural em Angola», *Estudos de Ciência Políticas e Sociais*, nº 49. 1961, p.173.

⁸³ SOARES, Amadeu de Castilho, 1961, *Op.cit.*, p.180.

⁸⁴ «O problema da habitação em Luanda», *A Província de Angola*, 2 de Janeiro de 1958.

provincia de Angola na resolução da falta de habitações destinadas a alojar populações e a garantia de casas com o mínimo de condições de habitabilidade para a vida humana.

Na tentativa de um maior esforço por parte das autoridades coloniais da provincia de Angola, foi criado o fundo de Bairros Indígenas. De acordo com Soares, este fundo permitiu a construção de 439 casas em Luanda, com 1163 compartimentos. Depois, intervalado por diversas paragens, seguiu-se a construção de um hospital para «indígenas», uma escola – oficina e um balneário e um posto médico com lactário⁸⁵. Esta tentativa pretendeu alojar populações em bairros indígenas com habitação de carácter definitivo⁸⁶.

Já o Diploma n.º 2799, de 9 de Maio de 1956, aprovou e colocou em vigor o regulamento dos Bairros Indígenas. Segundo Soares, este diploma abriu a possibilidade da criação de Comissões Administrativas nas sedes dos distritos e dos conselhos (CABI - Comissões Administrativas dos Bairros Indígenas), atribuída às seguintes receitas⁸⁷:

“(artigo 5.º): Verbas destinadas pelo Governo; participações dos corpos e corporações administrativas, organismos corporativos e de coordenação económica; cobrança de taxas de ocupação e conservação, limpeza e higiene; produto de multas e outras não especificadas”

Sobre o assunto da construção de casas do estado, este novo regulamento diz que devem existir outros parceiros que têm que encarar a construção de casas e também têm a obrigação de alojar os seus trabalhadores; que estes trabalhadores possam contribuir com o seu próprio esforço para as construções a levantar. Também foram revistos os tipos de habitações, uma vez que no anterior diploma não estava salvaguardada a capacidade económica das classes sociais, enquanto neste novo regulamento o elemento económico foi um dado a ter em conta.

As CABI (Comissões Administrativas dos Bairros Indígenas) tinham a competência de construir casas de vários tipos e com vários materiais, conforme as possibilidades e proventos

⁸⁵ SOARES, Amadeu de Castilho, 1961, *Op.cit.*, p.180.

⁸⁶ *Boletim Oficial de Angola* I série Numero 1 /1957 - Diploma Legislativo nº 2: 199:

Aprova o regulamento dos Bairros Indígenas.

⁸⁷ «Regulamento das casas indígenas», *Diário Popular*, 17 de Janeiro de 1957.

das diferentes camadas da população «indígena», bem como as instalações de aproveitamento comum ou social dos habitantes.

O novo regulamento antevia o estabelecimento de caixas económicas onde os moradores pudessem fazer os depósitos das suas economias, que podiam auxiliar a construção de moradias. Para finalizar, o diploma dizia que os planos de urbanização deviam compreender recintos para divertimentos, campos de jogos; educação física; zonas arborizadas e terrenos para edificação de instituições do âmbito social.

Foi possível ver reacções concernente a este novo regulamento dos bairros indígenas, pois já se levantavam vozes a pedirem “soluções julgadas técnicas e economicamente válidas”⁸⁸. Adequadas ao objecto em vista, que era o fornecimento a cada casa um mínimo de condições humanas.

Com a criação da CABI nas sedes dos distritos e dos concelhos, estavam criando condições favoráveis para o cumprimento de metas e uma maior organização por parte da CML na gestão do urbanismo e na resolução de problemas de casa para os «indígenas» nos centros urbanos, sendo que este conjunto de casas constituiriam bairros para os «indígenas». No entanto, estas comissões administrativas criadas tiveram muitas dificuldades e estas dificuldades não favoreceram o fomento, mas sim minimizaram o problema. Podemos atestar estes factos através do *Boletim Oficial de Angola*, de 1958 e 1959, e a partir destes correlacionar estes factos com a constatação feita por Soares concernente a dificuldade que a CABI (Comissões Administrativas dos Bairros Indígenas) teve.

A Maior dificuldade que a CABI teve foi a financeira. A averiguação feita por Soares no relatório da CABI mostra que efetivamente os seus orçamentos são provenientes de receitas dotadas pelo governo⁸⁹.

O presidente da CABI, no seu relatório de 1958, realça a urgência do Governo-geral em aumentar fundamentalmente as dotações⁹⁰. Portanto, a verba destinada a habitações para «indígenas» de Luanda, correspondente ao ano de 1959, foi de 1:500.000\$00⁹¹, comparando

⁸⁸ «Casas económicas, dizem uns; casa para todos, reclamam outros, rendas acessíveis, é o dizer da grande maioria» in: *Jornal Cultura*, 2 de Janeiro de 1958.

⁸⁹ SOARES, Amadeu de Castilho, 1961, *Op.cit.*, p.181.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ *Boletim Oficial de Angola*, I série Numero 10 – 11 de Março /1959 - Diploma Legislativo nº 10: 673

com o valor do ano de 1958, que foi de 1:900.000\$00, observamos uma redução 21% (-4:00.000\$00) do valor atribuído para a construção de casas para os indígenas em 1958.

Para além do problema dos fundos para a construção de bairros indígenas, houve um outro problema, que passava em torno de conflitos de competências entre a CABI (Comissões Administrativas dos Bairros Indígenas) e a CML (Câmara Municipal de Luanda). Segundo Soares, este conflito teve como base a “inexistência de uma ideia mestra que defina a orientação das realizações”⁹².

Vale a pena notar que embora existissem os regulamentos, contudo não havia uma estratégia concreta e fundamental para a construção de bairros, que consistiria, em primeiro lugar, num plano de um levantamento estatístico da característica da população, onde se viam quais os principais hábitos, etc. O que se assistia era, simplesmente, a CABI (Comissões Administrativas dos Bairros Indígenas) receber as verbas das despesas extraordinárias do orçamento geral de Angola⁹³.

Essa situação influenciou o volume e o ritmo da construção, uma vez que não correspondia ao crescimento da população. Tal provocou um agravamento do problema, em geral, da habitação em Luanda. O grau de perspicácia de que se revestia o problema era de soluções práticas e encarar os problemas de frente.

Portanto, a construção de bairros para «indígenas» em Luanda foi realizada com muitos contratemplos, como já tivemos a ocasião de apontar nas páginas acima. Portugal como potência colonizadora dispunha de condições para buscar exemplos daquilo que as outras potências coloniais faziam nas suas colónias em relação ao problema da habitação. Provavelmente, o modo do português estar no mundo⁹⁴ impedia-lhes de terem uma visão panorâmica do problema.

⁹² SOARES, Amadeu de Castilho, 1961, *Op.cit.*, p.182.

⁹³ Podemos ver a despesa do ano de 1959 destinadas a habitações para indígenas: “Portaria n.º 10:673: Sendo necessário providenciar sobre a distribuição da verba inscrita no artigo 1382.º, n.º3), alínea e), do orçamento geral da província para 1959, destinada a habitações para indígenas; Ouvido o Conselho de Governo nos termos do n.º 3.º do artigo 13.º do Estatuto Político Administrativo da Província; No uso da competência atribuída pelo artigo 155.º da Lei, o Governador – Geral de Angola manda: Artigo 1.º A verba de 4:000.000\$00 do capítulo XII, artigo 1382.º, n.º 3), alínea e), «Habitações para indígenas» da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral de Angola para o ano económico de 1959 é assim distribuída:

⁹⁴ CASTELO, Cláudia, «*O Modo Português de estar no Mundo*» *O luso – Tropicalismo e a ideologia Colonial Portuguesa* (1933-1961), Porto: Edições Afrontamento, 1998.

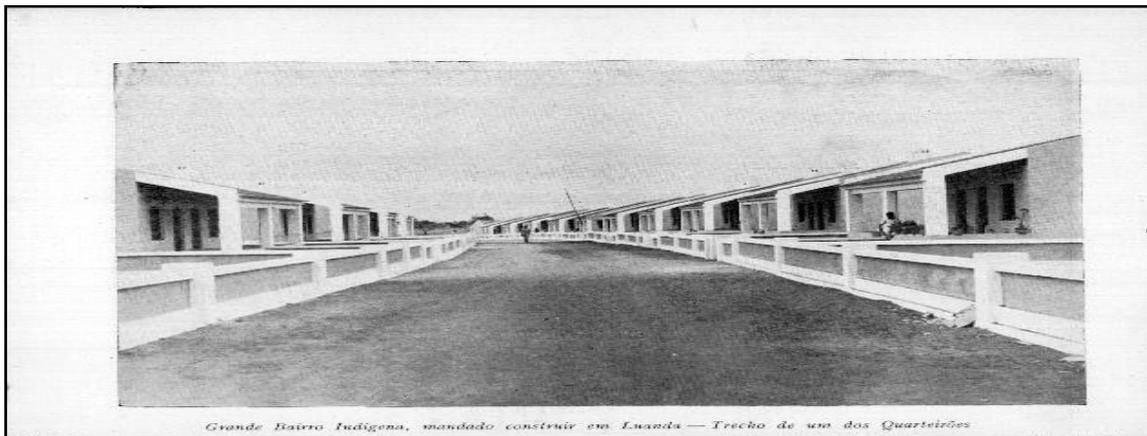
Importa aferir aqui se o problema da habitação ou urbanização neste período era uma situação generalizada não apenas em Luanda, mas também noutras cidades de África. Essa situação foi tão extensiva que até Lisboa se debateu com a crise da habitação. Constatamos estes factos no jornal *Diário Popular*, que apresentou exemplos de países como a Áustria, a Dinamarca, a Alemanha, a França e a Suécia utilizaram como método o cooperativismo habitacional sem fins lucrativos para poder suprir as necessidades da falta da habitação⁹⁵.

Na realidade portuguesa estavam à disposição as seguintes entidades: o Ministério do Ultramar, através do GUC (Gabinete de Urbanização Colonial) que dispunha de tarefas específicas de urbanização dirigidas para o estudo da falta de habitação; a Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação; Núcleo de Documentação Técnica, da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações – e o Regulamento dos Bairros Indígenas de Angola que previa no seu artigo 15.º, diversas modalidades de construção de casas, segundo Soares⁹⁶.

⁹⁵ A construção cooperativa pode ajudar poderosamente a crise de Habitação. – Declarou-nos o antigo presidente da direcção da Associação dos Inquilinos Lisbonenses. [...] - Como sabe, o cooperativismo habitacional sem fins Lucrativos, para se desenvolver e cumprir a sua função, teve sempre, e em todos os países, necessidade de auxílio financeiro dos poderes públicos. Sem esse auxílio não teria sido possível, na Áustria, as cooperativas terem 40.000 sócios e 23.000 fogos construídos; na Dinamarca possuem, respectivamente 54.829 e 64.829 num valor 70.000.000 cr. (297.500.000 \$00); na França 28.000 e 23.000, num valor de 2.300.000.000 frs. (161.000.000\$00); na Alemanha 793.432 e 441.019, num valor de 264.973.000 mar. (1.828.313.700\$00) e na Suécia, 81.026 e 54.354, num valor de 78.033.000 er. (429.181.500\$00), isto apenas para citar alguns países sobre os quais a Aliança Internacional das cooperativas tem publicado elementos estatísticos com mais frequências. Seria interessante historiar com que quantitativa e de que modo os poderes públicos têm financiado e auxiliado, com disposições legislativas, as cooperativas de habitação desde a Escandinávia ao Mediterrâneo, mais isto é trabalho de monta, que não cabe nos limites de uma entrevista”. In: jornal *Diário Popular*: 23 de Agosto de 1957, Biblioteca do Governo provincial de Luanda

⁹⁶ SOARES, Amadeu de Castilho, 1961, *Op.cit.*, p.186.

Imagem 2 - Bairro Indígena construído sob anuência de Álvaro de Freitas Morna.



Fonte: MORNA, Alvaro de Freitas (1944), Angola. Um Ano no Govêrno Geral (1942-1943), Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, I Vol .

Imagem 3 - Plano de localização do bairro indígena construído sob aprovação de Álvaro de Freitas Morna.

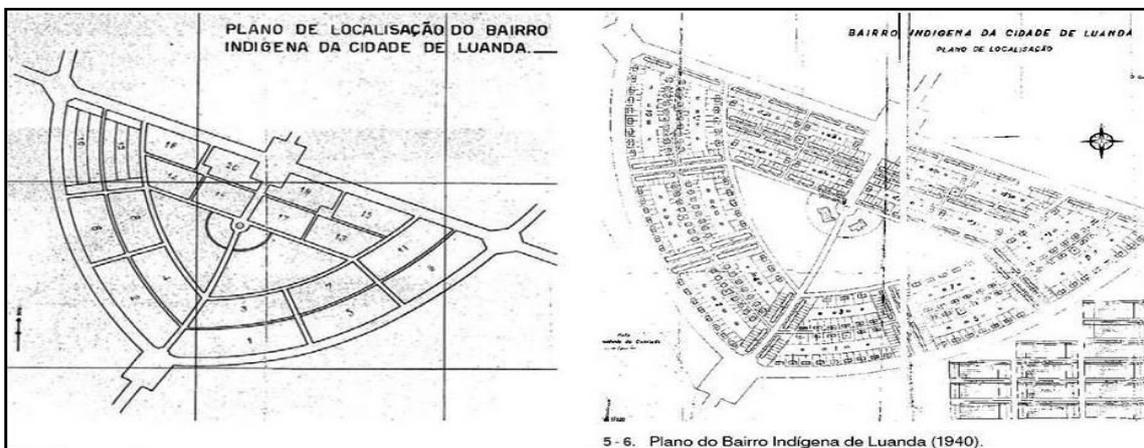


Imagem 4 - Plano do projecto do arquitecto Fernando Batalha feito nos anos quarenta (40).



Fonte: FONTE, Maria Manuela Afonso de (2007), Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução, Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

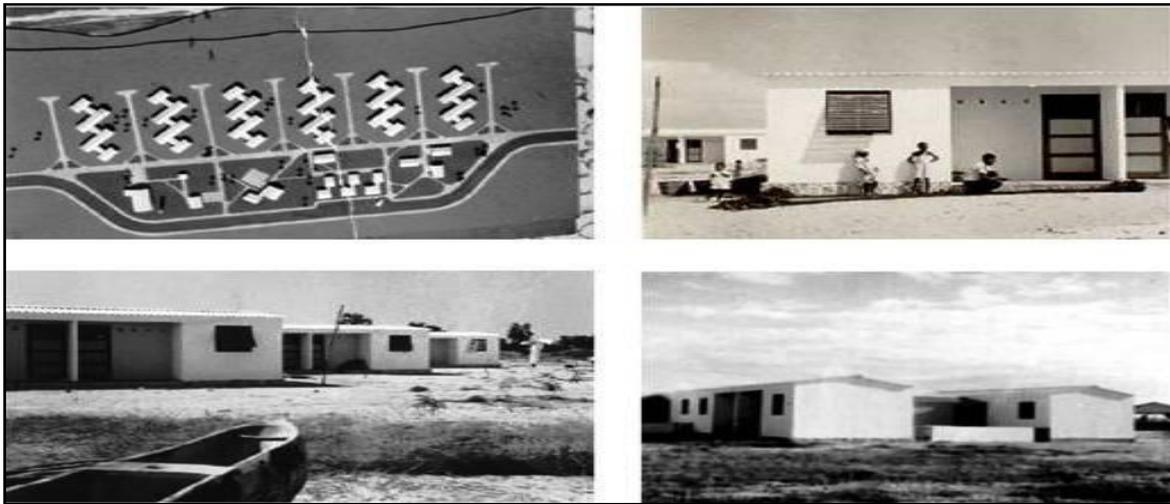
Imagem 5 - O bairro indígena projectado pelo arquitecto Fernando Batalha.



Fonte: <http://www.akpool.co.uk/postcards/25785796-postcard-luanda-angola-um-dos-bairros-indigenas-de-arredores-da-cidade-siedlung-neubauten>.

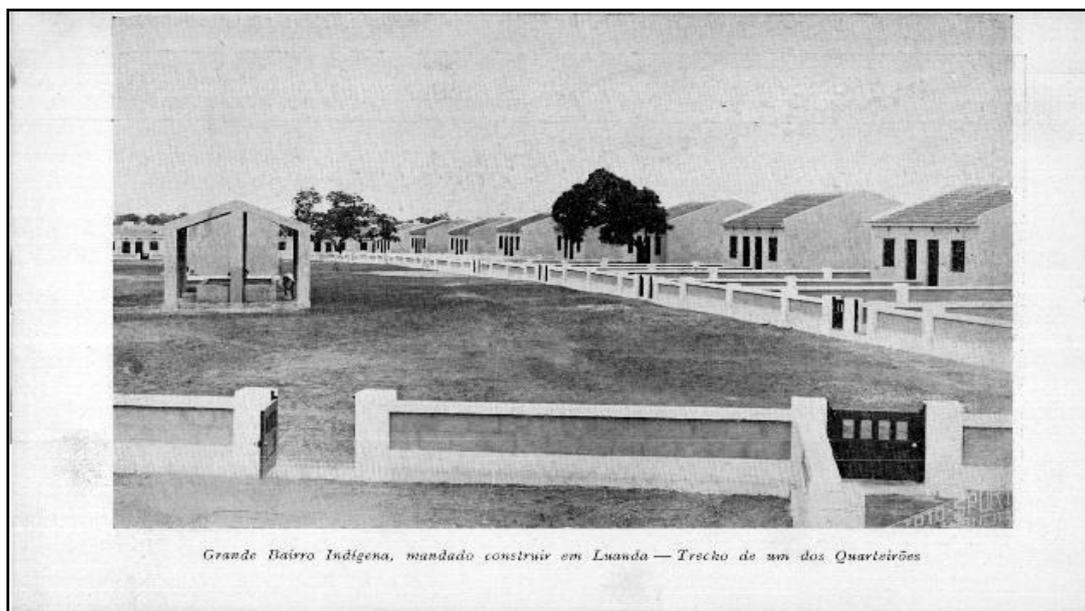
Um outro exemplo de bairro indígena é o bairro dos pescadores de autoria da arquitecta Antonieta Jacinto:

Imagem 6 - Bairro indígena dos pescadores.



Fonte: FONTE, Maria Manuela Afonso de (2007), *Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução*, Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Imagem 7 - Bairro indígena construído sob anuência de Álvaro de Freitas Morna.



Fonte: MORNA, Alvaro de Freitas (1944), *Angola. Um Ano no Govêno Geral (1942-1943)*, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, I Vol .

Imagem 8 - O bairro indígena construção de uma sala de aula.



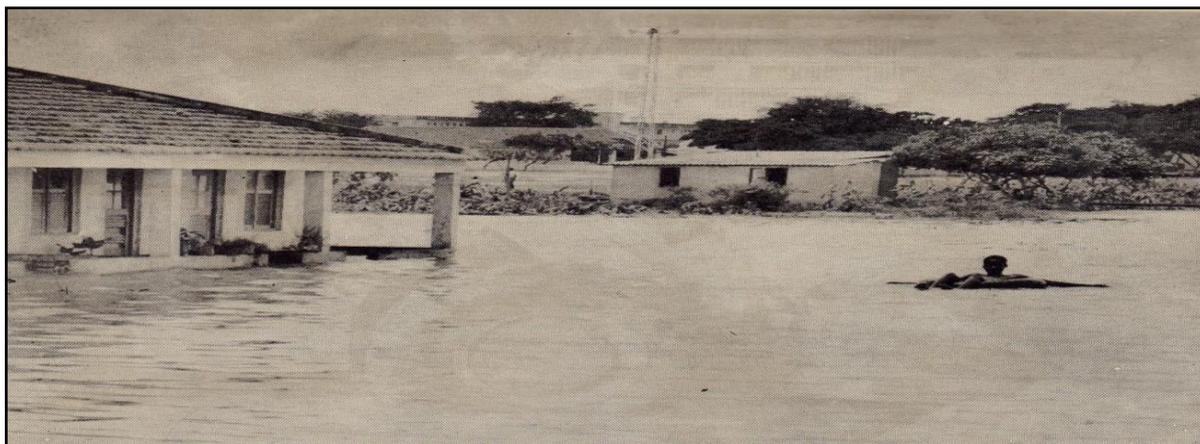
Fonte: FONTE, Maria Manuela Afonso de (2007), Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução, Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Imagem 9 - Casas do bairro indígena, próximas a casa das mães.



Fonte: <http://ap.imagensbrasil.org/image/E7sag8>

Imagem 10 - Inundação com a água da chuva, nas casas do bairro indígena próximas a casa das madres.



Fonte: <http://recordacaoemfoto.blogspot.com/2008/02/luanda-mar-de-1963-vi.html>

A construção de bairros indígenas em Luanda foi marcada por uma política de continuidade, descontinuidade e ruptura, visto que estes elementos estão intricadamente ligados com a realidade política que Portugal impunha nas suas colónias e nos seus métodos administrativos.

Na ânsia de resolver a questão da construção de alojamentos para as populações nativas que se amontoavam à volta dos principais centros urbanos de Angola, Portugal dispunha de muitas instituições para a resolução do problema. Para um melhor equacionamento do problema deveria existir só um organismo autónomo destinado à criação de bairros indígenas. Com a existência de muitas instituições para um só fim, esteve presente uma enorme teia burocrática que restringia iniciativas e afogava entusiasmos e embaraça responsabilidades⁹⁷.

Entretanto várias explicações e propostas foram surgindo para a resolução do problema da habitação em Luanda, que deram origem a duas teses, Segundo Soares⁹⁸:

“A primeira defende de a criação de autênticas cidades indígenas, em áreas fora prevista para expansão urbana das actuais cidades, e servidas por meios de transporte indispensáveis à deslocação fácil e rápida dos trabalhadores indígenas para os seus empregos. [...]

⁹⁷ SOARES, Amadeu de Castilho, 1961, *Op.cit.*, p.190.

⁹⁸ *Idem*, p. 195.

segunda orientação consiste, como facilmente se conclui do seu enunciado, na construção de grandes bairros na área urbana, ou dentro da área de expansão prevista nos projectos reguladores das câmaras municipais”.

As diferentes fontes consultadas possibilitaram compreender a problemática e os contornos em volta das políticas para a construção de bairros indígenas. Todavia o desenvolvimento urbano, a legitimação do crescimento da população; a identificação da população africana e a especulação imobiliária são factores relacionados que criaram condições para o crescimento de programas determinados para que fosse instalada a população africana urbana.

Estes problemas estavam reduzidos a decisões políticas, mas no campo das realizações, o espaço urbano motivou determinadas condutas sociais, opções culturais e atitudes políticas.

O estabelecimento dos bairros indígenas, económicos e populares, geraram três tipos de problemas que estiveram intimamente ligados: a distribuição dos terrenos municipais; o plano de trabalhos de pavimentação dos arruamentos e os planos de expropriações a realizar⁹⁹.

Uma das questões que norteou a nossa pesquisa consubstanciava em perceber os motivos da construção dos bairros indígenas. Eram meramente uma missão civilizadora de procurar dar melhores condições de habitação aos nativos? Ou então, a chegada em massa dos europeus obrigou as autoridades a desenvolver medidas para resolver a situação difícil da habitação?

De acordo a pesquisa conseguimos identificar que a motivação para a construção de bairros indígenas em Luanda esteve assente em problemas políticos e, acima de tudo, urbanísticos, com a intenção de responder à demanda populacional que crescia num ritmo acelerado, colocando a cidade em sérios problemas por falta de habitação. Consequentemente, houve a necessidade de construir casa para todos, mas as verbas e o contexto político na altura negavam a intenção de resolver o problema de uma forma justa e de acordo com princípios de igualdade social.

⁹⁹ «O que se podia fazer pela sanidade em Luanda», *A Província de Angola*, 24 de Janeiro de 1961.

Porém, vale notar que não eram todos os indígenas que tinham direito à habitação, como nos afirmou o ancião João Armando: “... para ter casa nessas zonas organizadas era preciso ser funcionário, pagar os impostos, não ter problemas com os brancos”¹⁰⁰

É evidente que não se poderia dar residência a toda a gente. Olhando para os dados demográficos até antes da eclosão da guerra colonial, Luanda possuía uma população aproximadamente de 200.000 habitantes, sendo cerca de mais de 50.000 correspondentes à população branca e a restante relativa à população «indígena»¹⁰¹, em que uma boa parte vivia nos musseques onde não existiam as mínimas condições de habitabilidade¹⁰².

As péssimas condições em que os indígenas viviam nos musseques eram conhecidas por todos. Porém, os articulistas dos jornais são bastantes claros quando falam da situação dos habitantes de Luanda, assim como quando se referem aos problemas das residências. Com os articulistas foi possível perceber que as condições das casas populares, que eram destinadas aos brancos, não tinham as mesmas condições que as casas económicas, para os chamados brancos de segunda e para os africanos civilizados¹⁰³.

Toda essa situação de marginalização dos indígenas, considerados de atrasados, dava lugar a que algumas vozes contestatárias se exprimirem, quer sejam elas brancas, mestiças ou negras, denunciando as péssimas condições de habitabilidade dos negros. Por outro lado, os indígenas que viviam em bairros suburbanos criavam estratégias de sobrevivências próprias e passaram a forjar sensibilidades sociais e culturais como meio de resistência. Portanto, as autoridades coloniais dominavam este perigo, por isso era necessário controlar as mentes mais lúcidas da colónia para que não influenciassem os outros, uma vez que se estava em um clima das sublevações e de construção da luta pela autodeterminação.

¹⁰⁰ João Armando, é um idoso de 83 anos, nasceu e cresceu no actual Nelito Soares, anteriormente bairro indígena da Cassimba.

¹⁰¹ «Quantos morreram. Quantos se casaram? Quantos morreram?», *A Província de Angola*, 11 de Janeiro de 1961.

¹⁰² «Luanda é a mais bela e grande das cidades de Portugal», *A Província de Angola*, 7 de Janeiro de 1961.

¹⁰³ «7.872 contos para a construção de casas económicas», *A Província de Angola*, 7 de Fevereiro de 1961.

2.4. Bairros indígenas e populares: controlo colonial ou resistência dos nacionalistas?

Os regimes colonialistas tinham o perfeito conhecimento de que os intelectuais africanos tinham adquirido o hábito de se reunir e de constituírem agrupamentos e associações, clubes, locais de encontro e de diálogo, pequenos espaços de convívios para discutir inúmeras questões sobre a vida social e política que se traduzia em novas formas de resistência.

Conforme fez referência Elikia M'bokolo, de que a historiografia africana tem tendência, em geral, a conferir um grande lugar aos africanos intelectuais, bem como a alguns homens em particular, conferindo-lhes um papel demasiado importante na marcha para emancipação, omitindo a função única e insubmissível das massas, sem quais nada teria acontecido¹⁰⁴. Porém, aqui vamos reafirmar que sim, que é válida a afirmação, todavia também é válida a ideia de que as massas por si só não pensam, não fazem revolução. Elas precisam de ser lideradas. Por essa razão, as autoridades coloniais portuguesas procuravam manter sob o controlo todas mentes lúcidas da cidade de Luanda.

Nesta conformidade, o livro de memórias de Álvaro de Freitas Morna¹⁰⁵, *Angola um ano no Governo Geral (1942 – 1943) 1º volume*, no capítulo IV chama atenção ao abordar questões sobre a política indígena. Ele mencionou os bairros indígenas, em particular a obra do bairro indígena de Luanda, que ele acompanhou desde a sua fundação aos retoques finais das casas e à regularização das amplas e magnificas artérias, arruamentos e arborização. Para o autor:

“A construção de Bairros indígenas junto dos centros urbanos, independentemente do alcance social que traduzem para a população nativa, reverte ao mesmo tempo em vantagem da população europeia, a quem os hábitos e costumes não permitem que as habitações

¹⁰⁴ M'BOKOLO, Elikia. *Op. Cit.*, pp. 471-472.

¹⁰⁵ Álvaro de Freitas Morna foi administrador colonial português que exerceu o cargo de Governador-Geral da Colónia de Angola entre 1942 e 1943, foi um dos grandes impulsionadores dos bairros indígenas, in: <http://ufdc.ufl.edu/UF00072125/00001>

indígenas se misturem com a construção cidadina destinada a brancos. [...]

[...] Por sentido político, por dever de colonização e até por sentimentos de humanidade para com a massa populacional nativa, que dentro das cidades habita casebres verdadeiramente miseráveis e infectos, com elevadas rendas que podem classificar-se de extorsões, pus na construção dos bairros indígenas, no seu conforto e aformoseamento, o mais desvelado interesse”’.

A afirmação é clara: mais do que afastar os indígenas dos europeus, limpar a cidade da população nativa, estava salvaguardado o mais alto interesse da nação portuguesa de manter coesa as colónias. Assim, uma das intenções era a de os controlar, com os arroteamentos diferentes dos musseques, com várias ruelas, em muitos casos sem acesso fácil.

Importa aludir que os projectos de carácter social para os indígenas continuaram até por volta dos finais dos anos de 1960. Os exemplos evidenciados de bairros indígenas demonstram que a criação destes bairros esteve também ligada à preocupação de controlo da população africana¹⁰⁶. As medidas tomadas para construção dos mesmos ostentam um estatuto de cunho social, mas foram altamente discriminatórias e policiais, como foi reforçado no jornal a *Província de Angola*.

A política traçada pelo governo colonial português concernente a questão da construção de bairros indígenas, remete-nos para analisar e colocar várias questões, pois leva-nos a crer, que houve vantagens para a população de origem europeia que vivia em Luanda em relação a população nativa, uma vez que no âmbito social a construção destes focos habitacionais teve um grande impacto sobre os “nativos”.

Quanto a questão da resistência nacionalista, é importante notar aqui que para muitos nativos viver num bairro indígena era uma grande miragem, uma vez que eram, até um certo ponto, bairros de classe média, caracterizada por grupos de assimilados pobres e indígenas em

¹⁰⁶ MOURÃO, Fernando. *Op.cit.*, 2015, p. 243.

ascendência, que na pirâmide social, estavam situados entre a elite colonial e os indígenas mais pobres, segundo Marissa J. Moormam citada BOSSLET¹⁰⁷.

Todavia, algumas pessoas com certa escolaridade viviam nos bairros indígenas de Luanda. Foram estas personalidades que estabeleciam a resistência, como descrevemos atrás, com destaque para as associações e clubes de futebol. Para o caso do bairro indígena, destacou-se o clube Botafogo, que foi fundado em 1951 no bairro indígena¹⁰⁸.

Apesar de ser um clube de futebol não restringiu as suas atividades apenas a esse âmbito, pois oferecia também atividades recreativas, serviços de alfabetização, consultas médicas, atividades para crianças e almoços nos fins de semanas para reunir os vizinhos do bairro¹⁰⁹.

Com estas actividades o clube tornou-se um espaço de convivência no qual os moradores do bairro indígena fizeram vínculos entre si. Por isso, quando o Botafogo jogava em outros bairros, os adeptos seguiam a equipa. Desta forma, o clube desportivo contribuía para a criação de uma identidade de bairro, que suscitava a união em torno de indivíduos que possuíam trajetórias de vida diferentes e por si desenvolviam novas formas de se relacionarem¹¹⁰. É assim que o Botafogo se vai transfigurando numa paragem de encontro, de debate político e até mesmo num lugar de conscientização política e trabalho clandestino para alguns de seus adeptos e membros fundadores. Em consequência das suas atividades, em 1961 o Botafogo seria fechado pela PIDE, sendo os seus membros acusados de desenvolverem ações clandestinas de subversão à ordem pública¹¹¹.

Portanto, a construção dos bairros indígenas acabou por gerar uma dupla perspectiva: por um lado, a organização urbanística cumpriu os intentos de afastar os indígenas dos brancos, assim como facilitou no controlo sobre os indígenas, todavia permitiu que os nativos começassem a consolidar o processo da formação do nacionalismo, a partir da imaginação

¹⁰⁷ BOSSLET, Juliana Cordeiro. *A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975)*, Dissertação de Programa de Pós-graduação, Fluminense, Niterói, 2014, pp. 101-103.

¹⁰⁸ Luandino Vieira, no seu romance, *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, relata menciona o papel desempenhado pelo Clube Cultural-Desportivo do Botafogo, que durante as festas organizadas para desviar as atenções das autoridades coloniais das actividades anticolonialistas, convidavam músicos, dançarinos e outros.

¹⁰⁹ BOSSLET, Juliana Cordeiro. *Op. Cit.*, 2014, p.103

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ BITTENCOURT, Marcelo «Jogando no campo do inimigo: Futebol e luta política em Angola» in: MELO, Victor Andrade de, BITTENCOURT, Marcelo, NASCIMENTO, Augusto (org.). *Mais do que umjogo: o expor e o continente africano*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2010, pag.11.

anticolonial, como fez referência Benedict Anderson nas suas teorias sobre as comunidades imaginadas.

CAPÍTULO 3 – DA URBANIZAÇÃO À SOCIALIBILIZAÇÃO: A INTERAÇÃO LABORAL E SOCIAL NOS BAIRROS POPULARES DE LUANDA NO INÍCIO DA GUERRA COLONIAL

Quando foram noticiados os acontecimentos de Luanda e na fronteira com o Congo Belga, em 1961, tal informação causou no seio das populações de Luanda um certo temor sobre o evoluir da situação, que se agravou ainda mais quando os sobreviventes da fronteira começaram a chegar à cidade, facto que criou um clima de instabilidade social entre os brancos.

A coabitação entre os colonizadores e colonizados, colonizados e colonizados, brancos, mestiços e negros oriundos de várias partes, inseridos num único espaço social e num período de fortes tensões entre ambos, dado o início da guerra de libertação, bem como o forte policiamento por parte das autoridades e o controlo das informações pela PIDE acabou por tornar Luanda uma cidade dualista, simultaneamente triste e alegre, doce e amarga.

3.1. A insurreição de Luanda e as notícias da fronteira

Do princípio de Fevereiro ao final Março de 1961, os habitantes de Luanda viveram um período de verdadeira angústia causada pelas insurreições dos elementos ligados aos movimentos emancipatórios de Angola.

A imprensa local tinha feito o seu papel, conforme as orientações da linha editorial, em não divulgar os acontecimentos tal como eles haviam ocorrido, procurando sempre suavizar e culpar a ingerência estrangeira do que tinha acontecido, nomeadamente a ex-colónia belga, por entender que este incentivava os nativos angolanos a seguirem o mesmo caminho da independência.

Desde o primeiro ataque à Casa de Reclusão do São Paulo, os periódicos de Angola apresentavam as notícias de modo muito tímido, para não assustar ainda mais a população. Quando houve o primeiro ataque, em Fevereiro, o jornal *A Província de Angola*¹¹² noticiou o seguinte:

“O Governo Geral de Angola tem recebido, nestes últimos dias, informações vindas do estrangeiro, dizendo que se

¹¹² «Nota Oficiosa do Governador-geral de Angola», *A Província de Angola*, 5 de Fevereiro de 1961.

preparava alteração da ordem pública em Angola. Nestas informações insistia-se em que se tratava dum plano de agitação organizado de fora para dentro coincidindo com o assalto ao «Santa Maria». Efectivamente, durante a noite passada, três grupos de indivíduos armados pretenderam assaltar a Casa de Reclusão Militar, o Quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública e as cadeias civis, tendo havido baixas, tanto nas guarnições destes estabelecimentos, como nos assaltantes, baixas cujo número pouco elevado será publicado logo que seja averiguado. A intenção, ao que se depreende, era libertar presos, o que não conseguiram. Os responsáveis estão já presos na sua maioria e a ordem restabelecida”

Ora, essa nota do governador-geral de Angola procurava manter a calma no interior da Província de Angola, uma vez que entendiam que a situação seria controlada de uma forma ou de outra.

De modo a demonstrar que as forças de segurança estavam prontas para defender a população, no dia 6 de Fevereiro do mesmo ano, o jornal a *A Província de Angola* voltou a noticiar que tinha ocorrido uma nova tentativa para desestabilizar a ordem pública. No entanto, essa tentativa tinha sido neutralizada pela pronta intervenção das forças da ordem, com realce a rápida movimentação dos respetivos dispositivos de atuação militar.

Na verdade, nenhuma literatura em termos historiográficos, nem mesmo os sobreviventes e alguns dos arquitetos das ações de 1961 apresentaram uma tentativa de explicação do ataque nos dias em que o mesmo foi noticiado pelo jornal, ou seja, as autoridades coloniais procuraram sempre passar a mensagem de tranquilidade, de modo a afastar o grande inimigo, o ‘medo’, do seio da população.

No entanto, as acções de Março de 1961 tiveram tal repercussão que as autoridades não conseguiram abafar, pelo facto dos insurgentes desta vez atacarem civis o que comoveu a todas pessoas sensíveis. Por isso, o jornal, mesmo ao tentar fazer as suas manobras noticiosas, teve dificuldade em não alarmar a população luandense¹¹³:

¹¹³ «Novas manifestações da criminosa actividade de agitadores externos contra a ordem pública e segurança das populações»: *A Província de Angola*, de 17 de Março de 1961.

“Mais uma vez, o sincronismo da acção é de molde a não deixar dúvidas a ninguém: - precisamente na mesma ocasião em que o Conselho de Segurança da ONU se pretendia, mesmo à custa da mais descarada violação das disposições da respectiva Carta, fazer aprovar uma moção contra o «colonialismo português» com base em alegadas violências pretensamente cometidas contra o «povo de Angola» - precisamente nesse momento, grupos de nativos facilmente ensandecidos pela propaganda subversiva e pelos exemplos de libertinagem e ódio, bem próximos e bem recentes, desencadearam uma série de actos nitidamente destinados a promover a confirmação de quanto se alega lá fora”.

Entendemos que se tratava de uma acção psicológica para controlar os habitantes, visto que os dados indicavam que havia apenas, no período dos ataques, cerca de 1500 soldados brancos para toda província, e um total de 3 regimentos em toda colónia. Neste caso, se Luanda era na sua maioria habitada por indígenas, um levantamento geral dos nativos dificilmente poderia ser travado pelo regime colonial. Era nesse ponto que, entendemos, segundo as várias leituras dos periódicos da época que realizamos, residia o medo das autoridades portuguesas.

3.2. Da chegada dos sobreviventes à agitação e o medo em Luanda

Os habitantes da Província de Angola, principalmente os brancos, acompanhavam as notícias que ocorriam internacionalmente e sabiam perfeitamente o que estava a acontecer em Angola. Tinham a plena noção de que os jornais censuravam as informações reais dos acontecimentos em Angola, como nos revela o Sr. João Armando:

“... se nós sabíamos o que estava a acontecer, achas mesmo que os brancos, não sabiam? Todos sabiam. Como eram um assunto para não se falar muito, por causa da PIDE só nos olhávamos.”

Entretanto, tudo ficou mais claro quando os sobreviventes dos massacres dos Dembos, Madimba, Nambuanguo, Quibaco, Dange e Quitexe começaram a chegar a Luanda, trazendo as narrativas dos horrores de que tinham sido testemunhas e o que haviam visto, sem qualquer censura.

“Quando começaram a chegar muitos que estavam lá, no Norte, tinha um pouquinho de pânico na cidade, porque todos queria ouvir o que se tinha passado de verdade. E também muitos deles não tinham casa aqui, por isso foram colocados em escolas, em alguns prédios que não viviam pessoas.

... muitos deles (brancos) não queriam ver pretos ao lado, só estava a rogar para irem embora que Angola já não era a mesma”¹¹⁴

Embora, no geral, se reconheça que quando começou a guerra colonial, a vida em Luanda se mantinha calma, contudo, não podemos afirmar que em Luanda a vida continuava como se nada estivesse a acontecer, uma vez que havia vários negros detidos todos os dias acusados de estarem envolvidos em acções clandestinas.

Na verdade, não conseguimos fazer o estudo mais exaustivo sobre essa questão por conta da dificuldade em encontrar alguns documentos para poder cruzar com as várias informações prestadas pelo nosso entrevistado. Todavia, pensamos ser importante notar que aqui, mesmo assim, a vida cultural na cidade não foi interrompida. A consulta dos vários periódicos mostra, sem percebermos a razão, que continuavam a ser promovidas inúmeras acções lúdicas.

Tal como menciona Alexandre Reis, no dia 5, de acordo com o jornal *O Comércio*, haveria diversas sessões de filmes nos cinemas Restauração, Tropical, Nacional, Colonial e Miramar. No mesmo dia, o *Diário de Luanda* estampava na capa a manchete “Funeral conjunto dos agentes da ordem que tombaram no cumprimento do dever”, e, algumas páginas depois propagandeava a estreia de um conjunto de música “típica” espanhola, Trio Andaluzia, na *boîte Bamby Dancing*¹¹⁵. Será que a vida social continuava mesmo, sem quaisquer constrangimentos?

Pensamos que essa posição é respondida no subtítulo anterior. Porém, entendemos que são necessários ainda mais dados para confirmar ou, efetivamente, refutar tal hipótese.

¹¹⁴ Entrevista com Sr. João Armando

¹¹⁵ REIS, Alexandre. *Isso é muito africano: diálogos musicais e políticos entre Angola e Brasil (1950-1980)*, Programa de Pós-graduação, Fluminense, Niterói, 2021, p.71.

3.3. Trabalho, lazer, festas e noites em Luanda: a coabitação entre colonizadores e colonizados após os acontecimentos de 1961

Para o terceiro quartel do século XX, a historiografia angolana é muito fértil, em particular na análise de situações relativas a Luanda, pelas múltiplas possibilidades de estudo que elas oferecem, desde uma perspectiva política, económica, cultural e social. As duas últimas, as perspectivas cultural e social, contudo ainda sem muitos estudos no que toca a cidade de Luanda e as zonas próximas. Um dos aspetos que sobressai, nas duas áreas mencionadas, é a questão do lazer.

Na perspectiva de Alexandre Reis¹¹⁶, o lazer é associado ao descanso, à renovação das “energias” após as demandas intrínsecas a uma extenuante rotina laboral. Considera ainda que é o momento em que as pessoas exercem as atividades ligadas à sociabilidade: passar tempo com a família ou “em comunidade”, reafirmando os laços com o grupo do qual fazem parte. Portanto, para um local caracterizado pela presença de muitos europeus que chegavam para diferentes fins, muitos desses vindo acompanhados pelas suas famílias, exigia-se a existência de muitos espaços de lazer¹¹⁷.

Segundo Marcelo Bittencourt¹¹⁸, o lazer sempre teve uma grande aderência em Luanda. Duas décadas antes dos confrontos armados, havia vários clubes de lazeres e desportivos que eram verdadeiros espaços de sociabilidade, isso porque os clubes ganhavam muita visibilidade, e, ao que se entende, não estavam em princípio interessados nas questões políticas da colónia, e também não tinham merecido ainda o forte controlo por parte do aparelho de segurança colonial.

Durante esse período não havia a necessidade dos clubes e agremiações apresentarem as listas dos corpos directivos para serem autorizados, como foram obrigados a fazê-lo posteriormente. Antes de Fevereiro de 1961, os colonos de Angola pensavam em desenvolver o turismo local, com propostas ao Governo de como poderiam ser aumentadas as receitas para

¹¹⁶ *Idem*, p. 89-90.

¹¹⁷ «Para quando um parque de jogos em condições em Luanda» in: *A Província de Angola*, de 31 de Janeiro de 1961.

¹¹⁸ BITTENCOURT, Marcelo «Moral e política: a vigilância colonial sobre o esporte angolano» in: AUGUSTO, Nascimento (Org.), *Esporte e lazer na África: novos olhares*, Rio de Janeiro, 7 letras, 2013, pp. 157-159.

o cofre geral, através da construção de novos hotéis e estradas em boas condições de trânsito para Luanda¹¹⁹.

A afluência de capitais a Angola, quer através dos diferentes Planos de Fomento, quer pela subida da cotação do café no mercado internacional ou ainda pelos diferentes empréstimos estrangeiros que foram recebidos neste período, alterou a vida social da cidade, com maior impacto a indústria do lazer e do entretenimento. Um número crescente de cineteatros, *boîtes*, *dancings*, cafés, bares e restaurantes foi sendo inaugurado e frequentado pelos sectores da sociedade com maior poder aquisitivo, o que, tratando-se de uma sociedade hierarquizada do ponto de vista racial que ainda carregava as heranças das estratificações que classificavam os seus componentes entre “civilizados”, “assimilados” e “indígenas”, significava dizer os setores mais brancos dessa sociedade.

Tal como aludimos no capítulo anterior, a divisão da cidade não era institucional, mas resultante de um processo de impulso ao colonialismo e fixação de novos colonos brancos, que foi empurrando as antigas famílias de assimilados e os descendentes das antigas famílias da “elite crioula” do século XIX para fora das áreas com maiores e melhores infraestruturas – locais com asfalto e iluminação –, como a Baixa e as Ingombota. Estas foram empurradas para os bairros indígenas, outras para os bairros económicos ou populares e para os musseques mais próximos. Quanto mais próxima da condição de indígena era a família, mais longe do centro da cidade se iria estabelecer, indo para os musseques mais distantes¹²⁰.

Como temos evidenciado, embora Luanda fosse uma cidade bastante dividida do ponto de vista racial, havia um número pequeno de famílias negras e mestiças que vivia no seio dos brancos, ou seja, na baixa da cidade, e havia brancos pobres nas áreas suburbanas. Bosslet, evidencia tais casos ao analisar a notícia de uma família branca que sofreu um despejo, em 1972, do bairro da Cuca para a área periférica da capital¹²¹. Confirma-se ainda que muitos colonos brancos que chegaram nos anos 1960 eram pobres e vinham para Angola em busca de uma vida supostamente melhor do ponto de vista económico e, em decorrência, realizavam construções irregulares nos musseques ou nas suas “franjas”. Além disso, ainda de acordo com Moorman, esses novos colonos brancos eram também responsáveis pela maioria das atividades económicas irregulares nos musseques.

¹¹⁹ «Angola e o turismo nacional». *A Província de Angola*, 11 de Janeiro de 1961.

¹²⁰ REIS, Alexandre. *Op. cit.*, 2021, p.95.

¹²¹ BOSSLET, Juliana Cordeiro. *Op. cit.*, 2014, p. 76.

Quanto ao cenário musical e de espetáculos, percebe-se pela leitura dos jornais e revistas angolanas a existência de um relativo convívio entre brancos e negros nestes espaços. Pelas fotos que acompanham algumas das matérias – e note-se que muitas estão algo degradadas com um desgaste natural do tempo nos jornais que consultámos, o que prejudica a avaliação fenotípica de modo que as análises aqui tecidas devem ser cuidadosas –, observa-se uma maioria branca nas plateias. Havia negros e mestiços nos recintos como consumidores e frequentadores, mas em menor número. Vale registar que a elite branca luandense frequentava o Aviz, o Restauração e a Tamar para consumir artistas negros e mestiços, como ocorria nos locais Eleutério Sanches, Lourdes Van Dunnen, Lily Tchiumba, João Arsénio, Negoleiros do Ritmo, Os Cunhas, entre outros. Atuavam os também negros e mestiços estrangeiros, como o estadunidense Percy Sledge, os brasileiros Carmem Silva, Martinho da Vila e Jair Rodrigues, os cabo verdianos do grupo A Voz de Cabo Verde, os madagascarenhos Les Rivers (um conjunto de rock) e os grupos locais de “música jovem” ou yé-yé-yé locais como “Os Rocks”¹²².

No entanto, isso não significa dizer que a sociedade luandense era mais harmoniosa racialmente ou despida de preconceitos por consumir artistas negros. Ao contrário, nestes espaços admitiam-se por vezes, negros e mestiços como provedores de entretenimento, mas nem sempre como frequentadores e consumidores. Como indica José Weza, ao se referir a algumas *boîtes*, clubes, casas noturnas e cineteatros como o Nacional, o Tropical e o Sporting da Maianga, onde “não era permitida a entrada de qualquer indivíduo e a discriminação racial era muitas vezes evidente”¹²³.

Os periódicos da época anunciavam constantemente várias atividades culturais e de lazer, tais como filmes que eram exibidos nos cinemas, concursos de beleza, touradas, competições automobilísticas, que movimentam lojas de roupas, bares, cafés e restaurantes e, principalmente à noite, as *boîtes*. A questão que se coloca é saber qual era o grupo que mais assiduamente frequentava estes espaços?

Segundo o sr. João Armando, os negros indígenas normamente não entravam nestes espaços frequentados pelos brancos, porque muitos deles se sentiam melhor nos espaços existentes nos bairros indígenas.

«... naquela altura, nós tínhamos os nossos espaços que frequentávamos. Por exemplo, aí no Marçal, existia o

¹²² REIS, Alexandre. *Op. cit.*, pp. 97-98.

¹²³ WEZA, José. *Op. cit.*, p. 71.

Clube dos Santos do Uige, onde ouvíamos as músicas dos nossos irmãos também iam lá brancos que gostavam das nossas festas»

Vale a pena assinalar que era raro o bairro que não tivesse um club que promovesse bailes aos fim-de-semanas. Os moradores do bairro Sambizanga frequentavam o salão dos Anjos, o *Fária* e o *Kudissanga Kua Makamba*, enquanto os do São Paulo frequentavam o Ginásio e o Desportivo União de São Paulo. Os habitantes do Marçal tinham o Giro Giro e o Maxinde. Os habitantes do bairro Popular divertiam-se nos Perdidos Futebol Club, os do bairro indígena da Cassimba no Centro Social de São Paulo e na Maria das Crequenhas¹²⁴ e os dos bairros indígenas dos pescadores no Marítimo da Ilha¹²⁵.

3.4. A acção psicossocial das autoridades administrativas

A intenção das autoridades coloniais em exercer uma acção psicológica sobre os habitantes de Luanda não era apenas sobre os brancos, mas também sobre os negros, embora de forma diferente, é claro. Por isso, neste período considera-se que havia uma considerável relação entre o estímulo ao lazer e a chamada “acção psicossocial”, um conjunto de estratégias empreendidas pelos agentes do Estado colonial português para aproximar e “conquistar” os corações e mentes das populações africanas.

Por isso, numa primeira fase permitiu-se que os centros e os clubes fossem abertos nos bairros indígenas e nos musseques. A intenção era continuar a missão civilizadora, mas posteriormente, para a consolidar e perpetuar, era necessário manter os angolanos distraídos e procurá-los excluir da vida económica e política¹²⁶.

Assim foi possível que alguns angolanos, sobretudo funcionários públicos e pessoas da pequena burguesia, tomassem a iniciativa de abrir clubes e centros recreativos nos musseques de Luanda, tal como o Chico Coio (Grémio), *Sporting Club da Maxinde*, *Salão dos Anjos*, *Las Palmas*, e outros¹²⁷.

¹²⁴Maria (das Crequenhas) de Jesus foi expoente máximo do movimento da *massemba* nos anos 50/60. Era o símbolo da mulher *bessangana* no domínio do folclore. Batalhadora incansável pela manutenção do costume, tendo trabalhado décadas consecutivas na promoção e *savaguarda* da *massemba*. De tanto se referirem à sua conduta, no seio da sociedade popular foi cognominada por *Crequenhas*, cognome resultante da corruptela do termo *kimbundu* – *kudikenha* – que significa vaidade, capricho ou *desdém*.

¹²⁵WEZA, José. *O Percurso Histórico da Música Urbana Luandens*, Luanda, 2007, pp. 71-75

¹²⁶MATEUS, Dalila Cabrita & MATEUS, Álvaro. *Op. cit.*, 2011, p. 35

¹²⁷*Idem*

Os portugueses entenderam que a via militar não seria suficiente para assegurar a hegemonia sobre os territórios africanos. Seria preciso “incitar, por um lado, as populações de cor ainda fiéis a manterem-se conosco e conseguir, por outro lado, que as populações rebeldes abandonem o adversário”, conforme documentação do Gabinete dos Negócios Políticos¹²⁸. Ou seja, as preocupações das autoridades portuguesas em Angola caminhavam no sentido de que o controle sobre as populações submetidas teria de ir além da mera coerção policial e atuar de maneira menos direta¹²⁹.

Além da cena cultural, um outro instrumento utilizado pelo regime português foi o desporto, mais concretamente o futebol. Neste período, foram organizados vários campeonatos de futebol. Estes campeonatos suburbanos eram organizados pelo Instituto do Trabalho, Previdência e Ação Social (ITPA), em conjunto com as empresas privadas, e operava dentro dessa lógica de controlo do tempo livre dos membros da classe trabalhadora e do reforço da preparação física desses para seus elementos, evitando o que consideravam como prejudicial ao seu desempenho laboral¹³⁰.

É interessante notar que as empresas de cerveja se tornaram as principais patrocinadoras dos eventos desportivos em um processo que relaciona os esforços do Estado em ações de controlo e “atração” dos estratos mais pobres da população para sua órbita, e a expansão económica ocorrida em Angola, possibilitando que seus produtos, no caso a cerveja¹³¹. O mesmo aparato colonial que desejava disciplinar os trabalhadores estimulando as práticas desportivas e afastando-os do consumo excessivo de álcool, modificou ligeiramente suas táticas, usando o futebol e a cerveja – que já fazia parte da experiência cotidiana daqueles sujeitos – como forma de se aproximar e manter esse grupo da população sob sua influência¹³².

No entanto, essa posição apresentada pelo Marcelo Bittecourt é contrária a informação que recebemos do sr. João Armando, quando afirma que as autoridades coloniais proibiam o uso excessivo do álcool, ou seja, o que mais interessava as autoridades que a população indígena ficasse totalmente embregada ou lúcida?

¹²⁸ BITTENCOURT, Marcelo «O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950- 1960)» in: *Análise Social*, 52(225), 2017, pp. 874–893.

¹²⁹ BOSSLET, Juliana «Lazer em Luanda: O controlo do tempo livre dos trabalhadores ea manutenção da ordem colonial (1961-1975)» in: *Análise Social*, 52(225), pp. 830–847.

¹³⁰ REIS, Alexandre. *Op. cit.*, pp. 91-91.

¹³¹ BITTENCOURT, Marcelo «O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950- 1960)» in: *Análise Social*, 52(225), 2017, pp. 874–893.

¹³² *Ibidem*.

Os esforços dos administradores coloniais em “direcionar” a cena musical dos clubes associativos¹³³ e os campeonatos de futebol¹³⁴ revelaram ser mais do que a lógica clássica em relação ao lazer, de controlo e disciplina sobre os trabalhadores. Estavam também imbuídos de acção psicossocial. Ainda assim tais iniciativas tiveram, em muitos casos, os efeitos inversos ao pretendido, reforçando os laços de identidade e os sentimentos nacionalistas.

3.5. A mentalidade imaginada nos bairros indígenas de Luanda

No capítulo anterior analisámos o processo da dupla perspectiva gerada pelo projecto da construção dos bairros indígenas, visto que eles foram construídos com um propósito e acabaram por resultar num propósito contrário, precisamente.

De recordar que muitos dos habitantes dos bairros indígenas eram as populações escolarizadas que tinham sido expropriadas das zonas da baixa da cidade de Luanda e que não estavam de acordo com as condições pauperizadas em que viviam. Por isso, os residentes dos bairros indígenas e suburbanos¹³⁵ de Luanda desenvolveram relações entre eles e o estado colonial, entre as sociedades urbanas e as sociedades rurais, entre os membros da comunidade urbana, entre homens e mulheres, enquanto forjando uma sensibilidade nova de nação.

Partindo do pressuposto anunciado por Benedict Anderson sobre como a imaginação pode participar na construção do processo nacional, tal facto ser encontrado nas comunidades dos bairros indígenas, uma vez que no período em análise a estrutura política, social e cultural favorece a formação do nacionalismo moderno angolano.

Os bairros indígenas adotam a cultura local como um instrumento de resistência. A cultura já não pode servir como cobertura da política nem como faísca política para ascender a consciência do povo. Mas isso não quer dizer que a cultura se tornou irrelevante, muito pelo contrário: um novo estilo de música explodiu e a cultura local vibrou mais do que nunca. O Semba como novo estilo cultural que cresceu à volta desta música nutria um espírito rebelde,

¹³³ MOORMAN, Marissa Jean, «Semba é Nossa Bandeira»: música e nação em Angola, 1961-1974» in: Arquivo Nacional de Angola (coord.), *Actas do III Encontro Internacional Sobre História de Angola*, Luanda, Editor: A.N.A., 2015, p. 634.

¹³⁴ BITTENCOURT, Marcelo «O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950- 1960)», *Análise Social*, 225, 2017, pp. 874–893.

¹³⁵WEZA, José. *Op. cit.*, p. 27

definiu uma nação diferente e deu asas a um sentido de especificidade angolana enquanto figurou de novo a relação entre cultura e política¹³⁶.

Neste período, o estado colonial usou métodos contraditórios (repressão política, de um lado e reformas políticas, culturais e económicas de outro), para chegar ao mesmo fim: evitar a insurreição e promover a identificação com a nação pluricontinental portuguesa, ao criar e promover uma agenda social de divertimento e recreação para os angolanos.

Essa imaginação possibilitava reinventar-se dentro das ofertas e sob pressão da administração colonial, criar formas de movimentação política contestatária e alcançar outros espaços. Tal como nos afirmar Bittecourt, que o clube Botafogo foi a agremiação angolana, com a sua localização no bairro indígena de Luanda, que reunia razoável quantidade de indivíduos oriundos de localidades mais do interior, como Catete, Golungo Alto e Malnge. Dentro do clube havia várias gerações e regiões.

Na direcção do clube estavam Manuel dos Santos, António Contreiras da Costa, Aristides Van-Dúnem, Lopo do Nascimento, Armando Correia de Azevedo, Vítor Hugo, Adriano dos Santos, entre outros, que posteriormente se tornaram indivíduos ativos contra o colonialismo.

A partir desse argumento, pensamos ser possível afirmar que se tratava de uma comunidade imaginária para o nacionalismo, dado que não havia uma concentração de uma etnicidade que excluía as outras, porém idealizavam a construção de uma nação angolana como cantados pelos músicos locais.

3.6. A música popular Luandense e as associações dos bairros indígenas

A luta de libertação de Angola contra o colonialismo português foi um processo longo e vagaroso que começou antes do eclodir da guerra colonial em 1961, tal como defende o nacionalista, guerrilheiro, professor e escritor Artur Pestana (Pepetela):

«Essa luta começa de facto como uma luta cultural, não só a nível da literatura mais também, muito particularmente, a nível da música, com o conjunto musical Ngola Ritmo, que foi buscar uma serie de canções da

¹³⁶MOORMAN, Marissa Jean, *op. cit.*, 2007, pp. 634-638

área, sobretudo da área da língua kimbundo, utilizando instrumentos nacionais e de origem europeia, que deram a conhecer uma série de valores à cultura angolana»¹³⁷.

Ao longo deste processo vários foram os grupos que começaram a entoar canções de cariz revolucionário, pois queriam ver-se livres do racismo e da opressão colonial. A resistência ao colonialismo pela via cultural deixava de ser manifestada no Carnaval e assumia de vez a sua face combativa na figura dos músicos e cantores (as) de semba e não só¹³⁸.

A coragem de enfrentar o medo vem a ser reforçada com as independências de outras colónias, como as colónias francesas e inglesas. Diante de tal facto, os nacionalistas angolanos não queriam ficar para praz e procuravam qualquer saída, pois não queriam continuar colonizados.

Os políticos sem espaço para o exercício de qualquer actividade, a literatura a ser objeto de uma censura literária, as mensagens que eram usadas por via de panfletos nem sempre chegavam ao destino, assim, só havia uma saída possível para continuar a denunciar o racismo, a opressão e a discriminação perpetuada pela polícia política e a sociedade colonial e essa via era a música.

Entre o final da década de 60 e início de 70, Luanda possuía mais de duas dezenas de salões de bailes e clubes recreativos espalhados pelas zonas de maior concentração populacional, ou seja, os bairros Sambizanga, Marçal, Prenda, Rangel, etc, aos fins-de-semana, fundamentalmente, as farras eram frequentes¹³⁹.

Com a proliferação de salões de festas, centros recreativos e dado a sua frequência por muitos jovens e adultos, estavam então lançadas as bases para que os nacionalistas angolanos aproveitassem esta oportunidade para fazer passar a sua mensagem por meio da música, de modo a despertar a consciência dos angolanos em torno da luta para a independência.

O forte poder que a música exercia sobre as pessoas foi bem aproveitado e os artistas dirigiam a sua música no âmbito do processo de mobilização nacional. Eram canções impregnadas de sentido patriótico. Em determinadas ocasiões, a canção revolucionária ou de intervenção política tinha maior impacto do que um discurso político, ou seja, a mensagem do

¹³⁷RTP, «História do Grupo Ngola Ritmo», 1974. 30 min. Som, cores, (Documentário), Lisboa- Portugal

¹³⁸MOORMAN, Marissa Jean. *Op. cit.*, 2007. pp. 634-640

¹³⁹WESA, José. *Op. cit.*, 2007, p. 70

artista chegava mais rápido aos interessados e tinha maior alcance do que um discurso político. As canções refletiam os anseios do povo, consubstanciados no alcance da independência de Angola¹⁴⁰.

A mensagem era passada, na sua maioria, em língua nacional kimbundu. Apesar de alguns esforços por parte dos nacionalistas, os colonialistas, através da PIDE/DGS e os seus colaboradores, travavam as iniciativas de vários grupos, pois estes tinham que passar licença para que o conjunto efectuasse qualquer espetáculo.

A título de exemplo, seleccionamos alguns conjuntos que com as suas canções influenciaram os Kiezos e lançaram as sementes da canção reivindicativa ou revolucionária em Angola. Trouxemos o conjunto Ngola Ritmo, os Kimbambas do Ritmo e os Kissueias do Ritmo.

A escolha desses três conjuntos, consiste no facto de eles terem no seu seio indivíduos que foram capazes de dar a sua vida em prol de uma causa maior: a liberdade. Pessoas que viram os seus pais serem discriminados, desterrados para outras Províncias Ultramarinas, sem data de regresso, como foi o caso de Liceu Viera Dias, Noé Saúde, entre outros. Indivíduos que foram impedidos de estudar por causa da sua condição social; pessoas que nasceram em zonas urbanas, mas que acompanhavam o dia-a-dia dos musseques, vendo a pobreza, a fome, a discriminação, a prostituição (no bairro Operário)¹⁴¹. Foram pessoas que tomaram consciência de que tinham que fazer qualquer coisa para mudarem o rumo de Angola; pessoas que por meio da música deram o seu contributo para libertação de Angola do colonialismo.

¹⁴⁰*Idem*

¹⁴¹António Pascoal Fortunato «Tonito», compositor de uma música intitulada «Meu Marçal Está Mudado», esta canção foi composta quando as autoridades coloniais decidiram transferir para mais longe, para o Marçal, as prostitutas que ganhavam a vida no Bairro Operário, tentando iludir um problema social profundo.

CONCLUSÃO

Entendemos que o trabalho que aqui apresentamos está inacabado, e ainda muitos aspectos que ficaram por se perceber. Porém, pensamos de igual modo que o estudo consegue dar respostas a algumas inquirições levantadas inicialmente: como encontrar as motivações que induziram as autoridades coloniais construir os bairros indígenas à volta da cidade de Luanda.

Essa afirmação colhe, porque durante o final da primeira metade do século e nas décadas seguintes assistiu-se em Angola, na cidade de Luanda em particular, à chegada de muitos europeus, uns impulsionados pela política de povoamento branco, outros pela necessidade de migrar à busca de melhores condições de vida, dado que em Angola, neste período, havia uma afluência de capitais estrangeiro, as políticas de fomento colonial e o aumento das cotações agrícolas. Por isso, a administração colonial, devido à necessidade de albergar a população branca e de modo a evitar a crise habitacional, um problema que já existia na metrópole, colocou em marcha o plano de urbanização para os negros que eram expropriados das suas casas na baixa de Luanda, com a construção das casas económicas, populares e indígenas.

No entanto, como a afluência para Luanda quer de brancos da metrópole quer de nativos de outros cantos Angola, as residências nunca eram suficientes. Sendo assim, as residências, quer populares quer económicas, eram para os brancos e para os nativos que tinham algum poder económico, razão pela qual conseguimos identificar a presença de negros na baixa de Luanda, assim como brancos nos bairros indígenas e suburbanos.

Por outro lado, fazia parte da política das potências colonizadoras controlar os africanos de um jeito ou de outro, no quadro da política de dominação. A administração portuguesa não ficou de fora, procurou com o Gabinete de Urbanização Colonial e a força de segurança exercer um controlo sobre os habitantes, utilizando muitas vezes um estímulo ao lazer e à recreação nos bairros já urbanizados.

As fontes consultadas nos revelam também que durante o período anterior à guerra colonial havia uma relativa acalmia nos bairros de Luanda. Entretanto, com as agitações das independências nos países vizinhos, seguidas dos acontecimentos de Luanda e na fronteira com o Congo Belga, em 1961, causou no seio luandino um certo temor sobre o evoluir da situação, que se tornava agudizante quando chegaram os sobreviventes dos massacres do Uige e arredores.

Percebemos também, que a percepção dos colonizadores não estava errada, quando entenderam controlar os serem influentes da colónia com o projecto de urbanização, porém acabou por gerar um efeito contrário, ao passo que os nativos usaram as condições sociais, de lazer, desportivas e recreação oferecidas nos projectos de urbanização para formatarem a consciência imaginária de comunidade.

FONTES e BIBLIOGRAFIA

FONTES

Arquivo Nacional de Angola

Fotografias dos bairros indígenas;

Carta aberta aos colonos;

Mensários

Os relatórios administrativos sobre os residentes dos referidos bairros.

Legislações

Boletim oficial da Província de Angola, de Janeiro de 1950 – Dezembro de 1975

Regulamento dos bairros indígenas

Periódicos

A Província de Angola, Luanda, de Janeiro de 1950 – de Dezembro de 1975.

A Tribuna de Luanda, Luanda, de Janeiro de 1950 – de Dezembro de 1975.

O Apostolado, Luanda, de Janeiro de 1950 – de Dezembro de 1975.

O Diário de Luanda, Luanda, de Janeiro de 1950 – de Dezembro de 1975.

O Notícias, Luanda, de Janeiro de 1950 – de Dezembro de 1975.

Entrevistas

Sr. João Armando - é um idoso de 83 anos, nasceu e cresceu no actual Nelito Soares, anteriormente bairro indígena da Cassimba.

Documentário

Associação Tchiveka de Documentação, (Filme). *Independência: Esta é a nossa memória*. Geração 80, 2015. 25 min., som. Color. 16mm (Série didáctica), Luanda-Angola.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Ilídio. «Luanda e os seus “Muceques” problemas de Geografia Urbana», *Finisterra*, XVIII, 36, Lisboa.

BENDER, Gerald, *Angola sob o domínio português: mito e realidade*, Luanda, Mayamba, 2013.

BITTENCOURT, José de Sousa, *Subsídios para o estudo sociológico da população de Luanda*, Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda 2(1), 1965.

BITTENCOURT, José de Sousa, «Moral e política: a vigilância colonial sobre o esporte angolano» in: AUGUSTO, Nascimento (Org.), *Esporte e lazer na África: novos olhares*, Rio de Janeiro, 7 letras, 2013.

BITTENCOURT, José de Sousa, «O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960)», *Análise Social*, n.º 225, 2017, pp. 874-893

BITTENCOURT, José de Sousa, «Jogando no campo do inimigo. Futebol e luta política em Angola», In: *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, org. de Augusto Nascimento: Apicuri, Rio de Janeiro, 2010, pp. 8-9.

BITTENCOURT, José de Sousa, *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*, Luanda: Kilombelombe, 2008.

BOSSLET, Juliana «Lazer em Luanda: O controlo do tempo livre dos trabalhadores ea manutenção da ordem colonial (1961-1975)», *Análise Social*, 225, pp. 830–847.

BOSSLET, Juliana, *A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975)*, Dissertação de Programa de Pósgraduação, Niterói, Fluminense, 2014.

CAEIRO, Joaquim Croca «Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico no pós-guerra», in: *Intervenção Social*, Lisboa, Universidade Lusíadas, 2005.

CALEMBA. Ngombo, *A situação económica de Angola e a sua repercussão social: 1919-1939* (dissertação de licenciatura em Ciências da Educação, especialidade História, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED/Luanda), Luanda, 2017.

CASTELO, Cláudia, «O Modo Português de estar no Mundo» *O luso – Tropicalismo e a ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CORREIA, Pedro Pezarat, *Descolonização de Angola. A joia da coroa do Império Português*, Lisboa: Editorial Inquérito, 1991.

CRUZ, Elizabeth Ceita Vera, *O Estatuto do Indigenato – Angola: a legalização da discriminação na colonização portuguesa*, Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005.

DILOLWA, Carlos Rocha, *Contribuição à história económica de Angola*, Luanda: Nzila, 2000.

DIOUF, Mamadou; FOTÊ, Harris Memêl e MBEMBE, Achille, «Os avatares do Estado na África: o estado civil Estado na África» in: GONÇALVES, Jonuel (Org.), *África no mundo contemporâneo: estruturas e relações*, Luanda, Mayamba, 2014.

DOMINGOS, Nuno, *Futebol e colonialismo. Corpo e cultura popular em Moçambique*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

FRANCISCO, Silvestre António «Reflexões sobre o 4 de Fevereiro de 1961: Do assalto às cadeias de Luanda à tribuna internacional» In: Arquivo Nacional de Angola» (coord.): *Actas do III Encontro Internacional Sobre História de Angola*, Luanda: Editor: A.N.A, 2015.

FREUDENTHAL, Aida, «Angola», in: ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (Coord.), *O império africano, 1890 – 1930*, in: SERÃO, Joel e OLIVEIRA, António (Direcção), *Nova História da expansão portuguesa (Vol. XI) – O Império Africano, 1890 – 1930*, Lisboa: Estampa, 2001.

GONZAGA. Norberto, in *História de Angola (1482-1963)*. Edições, C.I.T.A.

M'BOKOLO, Elikia, *África Negra. História e civilizações: do século XIX aos nossos dias*, Lisboa: Colibri, 2011

MARQUES, Walter – *Problemas do Desenvolvimento de Angola, A) Estrutura Social, Junta de Desenvolvimento Industrial*, Luanda, 1965.

MATEUS. Dalila Cabrita & Mateus. Álvaro, in *Angola 61- Guerra Colonial: Causas e Consequência*. 2ª Edição, Lisboa: Texto Editora, 2011.

MBAH, Jean Martial, *As rivalidades políticas entre a FNLA e o MPLA (1961-1975)*, Luanda: Mayamba, 2010.

MEDINA. Maria do Carmo, *Angola – Processos Políticos da Luta Pela Independência*. Lisboa: Almedina, 2005.

MOORMAN. Marissa Jean, «Semba é Nossa Bandeira»: música e nação em Angola, 1961-1974» in: Arquivo Nacional de Angola (coord.), *Actas do III Encontro Internacional Sobre História de Angola*, Luanda: Editor: A.N.A, 2015.

MOURÃO, Fernando A. Albuquerque, «Profissões e toponímia na Luanda antiga» in: *Actas do III Encontro Internacional de História de Angola*, Vol. II, Arquivo Nacional de Angola, Luanda, 2015.

NASCIMENTO, Washington. *Jogo nas sombras: realidades misturadas, estratégias de subjetivação e luta anticolonial em Angola 1901-1961*, São Paulo: Pontes, 2022.

NETO. Maria da Conceição, «Angola no Século XX até 1974», *O Império Africano Séculos XIX e XX*, coord. Valentim Alexandre, 3^o Edição, Lisboa: Edições Colibri, 2013, pp. 175-195.

OLIVEIRA. José, *O papel da música de intervenção política no processo de libertação nacional: o caso da 1^a geração do conjunto musical os kiezos (1950-1975)*. Monografia, ISCED, Luanda, Angola, 2018.

OLIVEIRA. Pedro Aires de, *Os despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1946-1975*, Tinta da China: Lisboa, 2007.

PIMENTA, Fernando Tavares. *White Settler Politics and Euro-African Nationalism in Angola (1945-1975)*. In: *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism*. London/New York: Routledge, 2016.

ROLLO. Maria Fernanda, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Dissertação, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

SOARES, Amadeu de Castilho «Política de bem-estar rural em Angola», *Estudos de Ciência Políticas e Sociais*, n^o 49. 1961.

VIEIRA. Laurindo, *Angola: a dimensão ideológica da educação (1975)*. Luanda: Nzila, 2007.

WEZA, José. *O Percorso Histórico da Música Urbana Luandens*, Luanda, 2007.

WHEELER. Douglas & PÉLISSIER. René, *História de Angola*. Lisboa: Ed, Tintas-da-China, 2011.